

ADEMIR DA SILVA COSTA

AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

E A DETERIORAÇÃO AMBIENTAL:

O CASO DO PARQUE ECOLÓGICO RIO BRANCO

EM FORTALEZA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Economia para Jornalistas, ministrado pelo Curso de Mestrado em Economia (CAEN) da Universidade Federal do Ceará, para obtenção do grau de Especialista em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Osires Carvalho

Fortaleza - 2000

FOLHA DE APROVAÇÃO

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Economia para Jornalista, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e se encontra à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Ademir da Silva Costa
Aluno

Aprovada

Prof. Dr. Osires Carvalho
Orientador

Aprovada em ___/___/ 2000

A Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, Deus único e verdadeiro,

Deus que tudo criou para todos;

que tudo criou para todos;

À Mãe Terra, Príncipe I

Mãe natureza,

tão generosa na missão de sustentar a vida;

Aos povos e nações, a todos os seres humanos,

Irmãos homens e mulheres,

responsáveis pela preservação de toda dádiva divina.

DECLARAÇÃO

Declaramos que a humanidade encontra-se no limiar de um novo milênio. O mundo está testemunhando mudanças profundas e rápidas, que exigem uma nova abordagem para enfrentar os desafios do futuro. O desenvolvimento sustentável é o único caminho para garantir um futuro melhor para todos. A natureza é nossa casa e devemos protegê-la para que possamos viver nela em harmonia. A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis. O trabalho é uma fonte de dignidade e realização humana. O conhecimento é a base para o progresso e a inovação. A cultura é o patrimônio da humanidade e deve ser preservada e promovida. A justiça social é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. A cooperação internacional é necessária para enfrentar os desafios globais e promover o bem-estar de todos os povos.

“Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”.

Carta da Terra, Princípio 1

Podemos construir uma sociedade sustentável que respeite a natureza e promova o bem-estar humano. A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis. O trabalho é uma fonte de dignidade e realização humana. O conhecimento é a base para o progresso e a inovação. A cultura é o patrimônio da humanidade e deve ser preservada e promovida. A justiça social é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. A cooperação internacional é necessária para enfrentar os desafios globais e promover o bem-estar de todos os povos.

“A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis”.

Carta da Terra, Princípio 24

O trabalho que produz riqueza e dignidade humana é essencial para o desenvolvimento sustentável. O conhecimento é a base para o progresso e a inovação. A cultura é o patrimônio da humanidade e deve ser preservada e promovida. A justiça social é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. A cooperação internacional é necessária para enfrentar os desafios globais e promover o bem-estar de todos os povos.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho responde à exigência curricular para conclusão do Curso de Especialização em Economia para Jornalistas, ministrado pela Universidade Federal do Ceará. A escolha do tema decorre do interesse do autor pela problemática ambiental, para a qual despertou quando da realização da 1ª Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, em 1972. A militância no âmbito ecológico levou-o a integrar-se ao Movimento SOS Lagoa da Maraponga, em 1990, do qual resultou a criação do Parque Ecológico Maraponga, em Fortaleza.

Portanto, como escreve CANEVACCI (1993), “a eleição do tema está condicionada pela biografia do pesquisador, suas preferências literárias, estéticas e emotivas, mais do que científicas ou disciplinares”. Outras condicionantes do trabalho circunscrevem-se às órbitas profissional e bibliográfica. O autor não esteve liberado para pesquisas, precisando realizá-las cumulativamente às tarefas jornalísticas de sobrevivência.

O trabalho quer primeiro situar a atividade econômica e suas implicações no meio ambiente para, em seguida, mostrar o caso específico do

Parque Rio Branco, situado na confluência dos bairros Joaquim Távora (popular Piedade), São João do Tauape e Fátima. Ali, populares juntaram-se no Movimento em Prol do Parque Rio Branco (Proparque) e, desde 1995, fazem gestões junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza para que conclua a urbanização da área.

O objetivo que se propõe aqui é demonstrar: (a) como a atividade econômica pode causar a deterioração de um ecossistema, a partir de um caso específico ocorrido no âmbito urbano; (b) a reação popular frente ao problema, na tentativa de estancar o processo de degradação ambiental e garantir o mínimo que resta de uma natureza originalmente exuberante; e (c) os encaminhamentos dados pelo poder público em resposta às reivindicações da população.

A deterioração ambiental aqui é vista sob as perspectivas econômica, ecológica e urbanística, tendo como pressuposto básico o conceito de sustentabilidade como definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segue-se a esta parte uma introdução na qual se colocam a fundamentação científica e o método de trabalho utilizado. O ponto seguinte é

uma breve discussão sobre a atividade econômica como fator de degradação ambiental. De local de sobrevivência e exercício da sociabilidade, a cidade se transforma em *locus* de repressão à vida. Tal paradoxo põe a necessidade de uma síntese entre meio ambiente natural e meio ambiente construído, com discutido no capítulo seguinte.

3. A etapa posterior é uma colocação sobre o Parque Rio Branco como fator de humanização da cidade, tendo como ponto de apoio a legislação pertinente. Este ideal não está-se concretizando, razão por que o trabalho se ocupa do caso específico da atividade econômica e da deterioração do Parque Rio Branco, em Fortaleza. Aqui são abordadas também as visões dos cidadãos acerca daquele logradouro, levadas às autoridades pelo Movimento Proparque. No último ítem consta alguns considerações e recomendações, seguindo-se a bibliografia consultada e os anexos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1 Conceitos Básicos

2. A ATIVIDADE ECONÔMICA COMO FATOR DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

3. PARADOXO: LOCAL DE SOBREVIVÊNCIA, A CIDADE REPRIME A VIDA

3.1 Algumas Visões sobre a Cidade

4.2 Para Evitar o Caos Urban

4.3 A Situação de Fortaleza

4. O PARQUE RIO BRANCO E A HUMANIZAÇÃO DA CIDADE

5.1 O Contexto

5.2 A Legislação

5. A ATIVIDADE ECONÔMICA E A DETERIORAÇÃO DO PARQUE RIO BRANCO

5.1 O Parque

5.2 A Paisagem Original

6. VISÕES DOS CIDADÃOS, MOVIMENTO PROPARQUE E SUAS PROPOSTAS

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

9. ANEXOS

A população brasileira vive em condições de pobreza das atividades econômicas, o que resulta em uma situação de pobreza econômica. Ecologicamente, o Brasil possui uma grande diversidade de espécies, com uma grande variedade de plantas e animais, além de uma grande variedade de tipos de solos. A Terra possui uma grande variedade de tipos de solos, com uma grande variedade de tipos de solos, com uma grande variedade de tipos de solos. Não há dúvida de que a situação atual do Brasil é uma situação de pobreza econômica, com uma grande variedade de tipos de solos. O termo "pobreza" é usado para descrever a situação de pobreza econômica, com uma grande variedade de tipos de solos. Rio de Janeiro é uma cidade com uma grande variedade de tipos de solos, com uma grande variedade de tipos de solos. A razão de ser da existência de uma grande variedade de tipos de solos é a pobreza econômica, com uma grande variedade de tipos de solos. Condições de pobreza econômica de políticas públicas que preservem e recomponham o que resta da diversidade natural e humana em o sistema urbano, como forma de, a partir de uma abordagem da economia para a convivência e integração com a natureza.

RESUMO

A presente monografia discute as repercussões das atividades econômicas sobre a natureza, a partir do enfoque da Economia Ecológica. Toma como ponto de partida o macrossistema planetário para concluir que a Terra pede trégua, tamanha a agressão que sofre, pois o sistema econômico não obedece as leis da conservação e da entropia, como formuladas pela termodinâmica. Exemplifica esta constatação com o caso do Parque Ecológico Rio Branco, em Fortaleza, ambiente deteriorado pela atividade industrial e razão de pressão conjunta de cientistas e populares sobre o poder público. Conclui pela necessidade de políticas públicas que preservem e recomponha o que resta de ambiente natural e humanizem o sistema urbano, como forma de, a partir do local, redirecionar a economia para a convivência harmônica com a natureza.

1- INTRODUÇÃO

Para sua sobrevivência biológica e social, o homem desenvolve atividades com as quais transforma recursos da natureza em alimento, vestuário, instrumentos de trabalho, utensílios os mais diversos. As carências que experimenta em seu corpo ele as supre criando verdadeiras extensões de seus órgãos, caracterizadas pela totalidade dos instrumentos, aos quais se somam saberes, normas, valores, costumes, enfim: este conjunto de construções materiais e imateriais a que chamamos cultura.

Como cada ser humano é dotado de características peculiares e se sente incapaz de suprir, por si só, todas as suas necessidades, estabelece-se uma sociabilidade entre o conjunto dos integrantes da espécie. Um produz para além de suas necessidades pessoais e oferece o excedente a outros que, por sua vez, produziram diferentes itens de utilidade para si e para seus semelhantes. Criou-se, assim, um sistema de produção e trocas, diretas inicialmente, que, com o passar do tempo, viria a adotar a intermediação da moeda. É o sistema econômico ordenado (*nomos*) como o conhecemos hoje.

O homem retira da natureza matéria-prima e energia para a produção de objetos materiais e serviços necessários para sobreviver com o grau de

conforto que considera ideal em dado momento histórico. A natureza fornece água, ar, elementos minerais do solo e subsolo, fatores como clima, umidade, ventilação, frutos, madeira e tantos outros. Ela funciona como um macrossistema a constituir toda a Terra. Este é o grande ecossistema a envolver o homem, seres vivos e inanimados no planeta. É a casa de todos (*oikos*), cujas leis (*logos/nomos*) precisamos conhecer. Em condições normais, ele permanece em equilíbrio e absorve bem os impactos naturais como terremotos, maremotos, secas, erupções vulcânicas e fenômenos assemelhados, conforme registros que denotam a formação geológica do Planeta.

Entretanto, o macrossistema ecológico (ecosfera) só troca energia com o cosmos – é um sistema fechado no qual o *quantum* de energia permanece inalterado, apenas mudando de forma (Lei da Conservação), e em que a energia disponível para se transformar em trabalho tende continuamente a diminuir (Lei da Entropia), como já constatado pela termodinâmica, capítulo da Física (CAVALCANTI, 1996).

O sistema produção e consumo criado pelo homem foi concebido como isolado, sem troca de energia e matéria com o meio ambiente, o que se

choca com a realidade (Georgescu-Roegen (1971); Tiezzi (1990), apud CAVALCANTI). Porque gera detritos os mais diversos: gases, resíduos sólidos, embalagens, em uma palavra: poluição que, até dado nível é absorvida pela natureza. E porque provoca impactos de intensidades variadas diante dos quais a natureza reage com diferentes formas de acomodação.

Ocorre que, ultrapassada sua capacidade de suporte e de absorção de impactos (resiliência), a natureza passa a dar sinais de que algo precisa ser feito para a recuperação de seu equilíbrio original. É o que parece estar acontecendo com o Planeta Terra, em termos macro, e com o Parque Rio Branco, de Fortaleza, numa escala micro.

Assim, este trabalho pretende expor em linhas gerais os rebatimentos do sistema econômico sobre o sistema ecológico e mostrar sua aplicação concreta em um trecho da cidade de Fortaleza, hoje deteriorado. Também mostra as reações dos cidadãos e até que ponto influenciaram as decisões do poder público. Observando a crescente tendência de o maior contingente da população humana habitar as cidades, são ressaltadas aqui as implicações das exigências ecológicas sobre a urbanização. A partir desta perspectiva local, também se enfocam as conseqüências em termos de novos valores que surgem

e outros antigos que são retomados, agora com mais vigor, para o estabelecimento de uma sociabilidade de implicações até políticas, com vistas a preservar a vida sobre a Terra.

Para atingir estes objetivos, foram realizadas pesquisa bibliográfica, entrevistas com antigos moradores da área, pesquisa junto a documentos de órgãos públicos e do Movimento Proparque, além da observação participante, posto que o autor integra aquele movimento. Razão por que este é um "relatório de uma observação-observante – ou seja, de uma meta-observação – em que o sujeito da pesquisa faz parte da própria observação" (CANEVACCI, 1993).

As entrevistas foram realizadas nos meses de junho a agosto de 2000. Antes foi necessário um processo de "garimpagem" dos personagens a serem submetidos à enquete. Como morador chegado ao bairro em 1994, o autor não conhecia os remanescentes dos primeiros moradores do bairro. Antigüidade foi o único critério adotado para a escolha dos que seriam entrevistados, já que o objetivo desses diálogos era tão somente visualizar como era a paisagem original, de modo a se ter o contraste com a situação atual da área destinada ao parque. Parte-se da premissa de que o ocorrido com o microssistema

provavelmente se aplica à cidade e pode ser extrapolado até para o planeta, mantidas as devidas proporções.

Para as entrevistas foi elaborado um questionário com perguntas abertas cujas respostas eram anotadas. Evitou-se a utilização do gravador pelo constrangimento causado às pessoas, em sua maioria gente simples, alguns até analfabetos. Não houve, aqui, preocupação de tabular dados e construir médias, medianas, desvio padrão ou outros indicadores do gênero, por desnecessários, dado o reduzido número de pessoas envolvidas e o objetivo da consulta. O resultado é exposto no capítulo 5, em que se faz a descrição da paisagem original do bairro.

1.1 – Conceitos Básicos

Para tanto, o trabalho recorre aos conceitos da economia, da ecologia, da geografia, do urbanismo. Toma como suporte, igualmente, a sabedoria popular e a visão do senso comum sobre tais problemas – manifestas em entrevistas, questionamentos, atos públicos e em sessão da Câmara Municipal de Fortaleza que debateu a situação do parque.

O primeiro conceito a nortear este trabalho é o de **desenvolvimento sustentável** que, conforme o Relatório Brundtland, “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991).

Os economistas neoclássicos partem do pressuposto de que a **liberdade de mercado**, que conduz às mais diversificadas iniciativas no campo da produção, e as preferências do consumidor levariam, necessariamente, a que os preços refletissem as **externalidades negativas**. Tomando por exemplo de externalidade negativa a poluição, em suas diferentes manifestações, esta não passaria de “um sinal de falência do mercado (*market failure*), um defeito do sistema de preços”(CAVALCANTI, 1993). Para corrigir tal distorção, bastaria que ela fosse “paga” via preços, o que levaria à sua correção (MAY, 1996).

Ocorre, porém, uma reconhecida dificuldade para se estabelecer preços para os bens e serviços oferecidos pela natureza que são eliminados ou desequilibrados pelo sistema produtivo (MARQUES & COMMUNE, 1996). Mesmo que preços justos fossem encontrados, cobrados e pagos, isso não

impediria a possibilidade de desastres, muitos destes de difícil previsão ou só serão perceptíveis depois de ocorrerem. “Além disso, o processo econômico é essencialmente entrópico, característica que os economistas teimam em desconhecer” (CAVALCANTI, 1993). Significa dizer que a entropia tende a crescer, independente de pagamentos, o que coloca em risco o equilíbrio macro dos sistemas. Assim sendo, em última análise importa a conservação e preservação desse equilíbrio – com o que o homem mantém o meio ambiente sadio – não, o pagamento pelos desequilíbrios.

Conforme GOMES (1997), **meio ambiente** é o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em suas formas”. No âmbito urbano, o meio ambiente representa “o ‘miolo’ e a ‘casca’ onde as ações antrópicas o modelam, ‘ajustando’, ‘manipulando’ e adequando suas especificidades aos seus interesses”. Tais ações do homem visam promover-lhe condições para viver bem.

Como já mencionado, as atividades humanas (as econômicas incluídas) transcorrem em um macrossistema (ecosfera) fechado em que o total de energia permanece inalterado, porém sofre mutações (**Lei da**

Conservação). Nele, a energia disponível para se transformar em trabalho tende continuamente a diminuir (**Lei da Entropia**). Estas são as duas leis da termodinâmica. (CAVALCANTI, 1996).

Os resíduos gerados pelo sistema econômico até dado nível são absorvidos pela natureza, dentro de sua **capacidade de suporte**, forma de acomodação do meio ambiente pela qual a natureza processa o que lhe é estranho. Outro modo de a Terra superar as agressões é a sua **resiliência**, isto é, sua capacidade de neutralizar impactos naturais ou decorrentes de ações provocadas do homem.

2 – A ATIVIDADE ECONÔMICA COMO FATOR DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Pela descrição já feita dos impactos da atividade humana sobre o meio ambiente, deduz-se que do sistema produtivo decorrem efeitos os mais diversos. Alguns objetivamente perseguidos, com vistas no bem-estar dos seres humanos; outros como subprodutos intrínsecos à atividade econômica e nem tanto desejados – efluentes, dejetos, resíduos sólidos, gases, transformação de paisagens. Esta segunda categoria de conseqüências, pelos danos causados, impõe medidas de precaução, pois ameaça ultrapassar e muito a capacidade de suporte e por em risco a vida sobre a Terra.

CAVALCANTI (1993) afirma que o sistema econômico é um subsistema do ecossistema global. Daí estarem “intimamente interligados, de diversas maneiras”, mas a economia tradicional faz de conta que tais interligações não existem. Razão por que “o processo econômico possui uma evolução unidirecional; sua natureza é entrópica” (GEORGESCU apud CAVALCANTI, 1993). Portanto, é na lei da entropia que o crescimento econômico encontra seu limite. Porque se os processos econômicos não se adequam aos princípios biofísicos da natureza, há uma tendência de que

diminua cada vez mais aquela cota de energia inicialmente disponível para se transformar em trabalho.

4.1 – Alguns pontos de partida

Todas as atividades econômicas causam impactos ambientais, grandes ou amenos. Encontrar um ponto de equilíbrio entre as necessidades humanas e as possibilidades e limitações do Planeta constitui o desafio que se coloca para o homem atual, mediante os conhecimentos acumulados e considerando também as suspeitas de possíveis prejuízos irreparáveis ao meio ambiente. A tarefa certamente não é fácil, pois implica optar por uma nova racionalidade, que dê conta tanto das visões de mundo (conceitos teóricos) e da dimensão instrumental (racionalidade tecnológica), como do âmbito da convivência de grupos, respeitados seus valores (racionalidade cultural), com bem explícita LEFF (1993; e LEFF apud COSTA (2000). Os demais autores consultados sempre alertam também para o imperativo da prudência frente a questões cujas soluções ainda não tenham afastado perigos decorrentes de sua implementação (BÜRSZTYN, 1993).

4 – PARADOXO: LOCAL DE SOBREVIVÊNCIA, A CIDADE REPRIME A VIDA.

4.1 – Algumas Visões sobre Cidade

Ao abandonar a vida nômade e fixar-se em territórios, os grupos humanos construíram as cidades. Estas são ambientes caracterizados pelas múltiplas atividades humanas: educação e economia, arte e religião, lazer e indústria, comércio e turismo, governo e medicina, dentre tantas outras.

Há diversas formas de estudar as cidades. Abordamos a seguir alguns dos vários olhares sobre a cidade.

a) Cidade e saúde pública

Hipócrates já mencionava, na perspectiva da medicina, a importância do meio urbano para a qualidade de vida, em seu tratado “ares, águas e lugares”, conforme COSTA (1997). Esta autora mostra como tal concepção retorna com força nos tempos modernos, quando se teve que enfrentar problemas como as epidemias de cólera. Os espaços urbanos fora

delimitados, destinando-se para cada atividade uma área, no intuito de salvaguardar a saúde da população.

Esta preocupação predominou nas 14 conferências sanitárias havidas entre 1851 e 1912, cujo discurso médico, de forte conotação ambientalista, encontra em SORRE um precursor da ecologia humana em seu "Os Fundamentos da Geografia Humana: ensaio de uma ecologia do homem". O mesmo discurso ecológico-biológico está presente também na chamada "Escola de Chicago", na análise que faz do espaço urbano (BARRADAS, 1999). Sorre tratou do "habitat" como estudo dos estabelecimentos humanos, da paisagem urbana, da estrutura das grandes cidades, das ecologias urbanas como "gênero de vida próprios a cada grupo" (COSTA, 1997).

b) Cidade como integração de espaços

A paisagem urbana, este "conjunto de espaços onde se desenvolve o cotidiano da vida de seus habitantes", pode ser vista também como sítio (componentes bióticos e abióticos), como sociedade (grupos sociais disputando espaço) e como espaço construído (LEMENHE, 1997), compreende as vias, edifícios e áreas livres. Assumindo a condição de

integrante da natureza, o homem pode projetar esta paisagem com a natureza, não, contra ela. Porque, resume LEMENHE, a cidade é a habitação do homem em seu trabalho, no lazer e na circulação. É preciso vê-la como integração de espaços que se articulam entre si, física e socialmente.

É nesta perspectiva que precisam ser dimensionados o solo urbano e a vegetação, escreve LEMENHE. Aquele no que tange à capacidade de carga e fertilidade. Esta nas suas funções de arquitetura (muros, coberta, pisos, preservação de privacidade), engenharia (controle de ruído, orientação do tráfego), controlador do clima (sombreamento) e valor estético (escultura). Também por este ângulo de integração de espaços, os planejadores deve considerar o relevo (altimetria) e a água, tão fundamental para a vida, por sua função para o microclima, para a recreação, e por seu valor estético.

c) Cidade como *locus* da diversidade

Os múltiplos atores sociais reclamam liberdade de expressão na cidade. E é nela que conseguem fazer-se ouvir, embora nem sempre se chegue a um concerto uníssono, pois ora prevalece uma voz, ora outra. O zoneamento urbano preconizado pela Carta de Atenas, em 1930, quis disciplinar o espaço

da *pólis* de modo a garantir equidade na sua distribuição (CASTELO, 1999). Mas seu critério “racional” não conseguiu escamotear os pressupostos ideológicos que lhe eram subjacentes. Segundo Gilles LIPOVETSKI (LIPOVETSKI apud PITAUDI, 1997).

Esta tendência atinge seu auge nas sociedades ditas pós-modernas em que predominam a imagem sobre o texto, o significante sobre o significado, “o imaginário se torna real e vice-versa”. Nelas, maior consumo gera uma situação de crítica atenuada. Daí, Frederic JAMESON mostrar a necessidade de se privilegiar o local, não para fugir do universal, mas contra a alienação (JAMESON apud GEIGER, 1997). É neste contexto que o “passado é preocupação presente (GEIGER, 1997) e que se valorizam comportamentos e símbolos culturais para tratar dos encontros do cultural, do econômico e do político no processo urbano. Porque o autor conclui ser a interpretação do urbanismo essencialmente política. Na cidade ocorrem simultaneamente demandas complementares, paralelas e conflitantes; questões várias, entrelaçadas, para as quais nem sempre existem respostas definitivas. “Daí se dever optar por decisões democráticas”, conclui GEIGER (1997). Uma tarefa realmente difícil porque “os problemas do *habitat* urbano são comandados pela dinâmica social, fundada na diferenciação de classes e nas lutas entre

elas, assegura VASCONCELOS (1997). Essa abordagem a partir de categorias marxistas parece válida, ainda que se façam “ajustes ao modelo do racionalismo modernista quanto às relações entre determinações e contingências no processo social”, como alerta GEIGER (1997). Porque hoje, além da tradicional tensão entre classes, outros fatores interferem no processo gerador de demandas sociais como as relacionadas ao meio ambiente. Dentre estes fatores, cresce a importância das organizações não-governamentais e dos meios de comunicação de massa.

4.2 – Para Evitar o Caos Urbano

A cidade é, pois, a casa do homem, uma construção com que ele transforma a natureza (sítio) e se instala em sociedade. Nela, cria as condições de produzir e importar mercadorias e serviços, usufruir cultura, reproduzir-se biológica e socialmente. Quanto mais adapta a cidade a suas demandas, tanto mais se agiganta diante de si o ambiente construído, em contraposição ao meio natural pré-existente. Mas ao transformar a natureza em seu benefício, não respeitando os limites impostos pelo meio natural, corre o risco de eliminar as condições indispensáveis à vida das espécies – a humana incluída.

O documento Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, das Nações Unidas (CMMAD), já constatava que a expansão física descontrolada das grandes cidades também teve sérias conseqüências para a economia e o meio ambiente urbano. Dentre estas, destaca-se o elevado preço de moradias, estradas, abastecimento d'água, esgotos e serviços públicos, além de perdas de terras agricultáveis e paisagens naturais necessárias para parques urbanos e lazer, o que torna mais dispendioso e difícil criar espaços abertos (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991).

A análise da ONU, de 1986, não foi exaustiva, mas deu a dimensão da tendência ao caos urbano (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991). Como não foram adotadas medidas de impacto imediato nas grandes cidades, o quadro prossegue se agravando. Até pela crescente adoção de novos padrões tecnológicos baseados na robótica e na telemática que trazem como conseqüências: desemprego na cidade e no campo, abandono de grandes edifícios e infra-estruturas industriais, crescentes problemas de tráfego pela maior frota de veículos individuais e pelo *deficit* no transporte de massa; poluição da água e do ar, insegurança e violência; insuficientes serviços de tratamento e abastecimento d'água, coleta e deposição de lixo, de educação, saúde e moradia, de coleta e tratamento de esgoto.

cidade, com Como resultado, antigas e novas empresas passam a localizar-se em centros urbanos menos densos demograficamente, longe desses problemas, empregando menos pessoas e fora do raio de influência dos sindicatos (SIMONETTI, 1999). Estes não são problemas exclusivos de São Paulo, Cidade do México, Seul, Nova Delhi, Bangcoc, Cairo, Detroit, Nova Iorque ou Xangai. Aparecem também em Fortaleza, mantidas as devidas proporções. Aqui já se verificam deterioração do centro, pouca atração de novas indústrias – que passam a se instalar em municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e até no interior – faltam novas vagas para quem chega ao mercado de trabalho, crescem o desemprego e a insegurança. Deste caldo de cultura resulta crescente queda da qualidade de vida, caracterizada, dentre outros indicadores, pelas más condições de moradia refletida nos *deficits* de unidades habitacionais, no saneamento deficiente, e por escassez de espaços públicos destinados ao lazer e à convivência – como parques urbanos –, bem assim na deterioração dos ambientes natural e construído.

diferente. A Neste contexto, a criação e conservação de parques urbanos insere-se naquele conjunto de medidas com que poder público, iniciativa privada e movimentos sociais contribuem para a preservação da vida na

cidade, com o teor de qualidade exigido por humanos e outras espécies, e com a possível preservação de parte da paisagem original.

4.3 – A Situação de Fortaleza

Está comprovado que homem exerce as atividades indispensáveis à sua sobrevivência, em relação metabólica com a natureza, como afirma Franz Josef BRÜSEKE (1993). Entretanto, a economia clássica e a economia neoclássica, bem como a economia política têm uma noção superficial do processo econômico como processo biofísico, afirma o autor.

Ora, explica BRÜSEKE (1993), a existência humana e as atividades que lhe dão suporte, como a econômica, dependem de uma base natural. Logo, teoria e ação políticas (aqui incluídas as econômicas) precisam levar em conta as conseqüências da política no espaço não-político (biofísico), pois é no biofísico que encontram seu fundamento. Em Fortaleza não seria diferente. Assim, as atividades econômicas, que têm por escopo garantir bem-estar ao homem, por vezes, paradoxalmente, ameaçam expulsar a vida e, dessa forma, subtrair ao homem as condições de sua sobrevivência.

Fortaleza é uma cidade de clima agradável, com lindas praias e sua zona urbana, grande número de lagoas e dotada de 23 áreas classificadas pela prefeitura como parques urbanos (QUADRO 1). Em 1988, a Superintendência do Desenvolvimento do Ceará (SUDEC) encontrou evidências de poluição hídrica em todas as amostras coletadas nas 21 maiores lagoas de Fortaleza, “geradas sobretudo por esgotos domésticos, industriais e hospitalares. As lagoas ainda, por serem em parte intermitentes e freqüentemente de pequenas dimensões, tornaram-se alvos fáceis para a especulação imobiliária, que as erradica quase totalmente do espaço local, anteriormente caracterizado pela exuberância de suas formações lacustres” (FÓRUM, 1993)

O mesmo Fórum registra que “incontáveis baixios sucumbiram sob toda sorte de edificações urbanas, a exemplo das lagoas do Mel, Três Corações, Jacaré e Lagoa Grande, e outro número razoável não é integrado à paisagem em função da ocupação indevida de suas margens, tais como as lagoas do Porangabussu e parcela da lagoa de Parangaba. Lagoas que mereceram instalação de áreas de lazer em seu entorno, como a própria lagoa de Parangaba, e as lagoas do Opaia e Messejana, acham-se mesmo assim e franca deterioração ambiental (FÓRUM, 1993).

Não só as lagoas sofrem degradação. Em 1991, estimava-se que 90% das águas superficiais e 70% das reservas de águas subterrâneas de Fortaleza estavam poluídas, como decorrência de um sistema sanitário deficiente que atendia apenas a 12% da área total do município (FORTALEZA, 1991).

As dunas da costa cearense são destruídas gradativamente, daí “uma alteração no equilíbrio ecológico-ambiental, na medida em que dunas anteriormente fixas, em função da retirada vegetal, passam a ser novamente mobilizadas pela ação eólica”, conforme constatado pela Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará (SEMACE) (CEARÁ, 1991). Os loteamentos autorizados em praias causam aplainamento das dunas, desmonte de falésias, subtração de planícies de inundação de rios, poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, desmatamento de manguesais, ocupação de faixas de praias, empobrecimento da biodiversidade e acúmulo de lixo (FÓRUM, 1993).

Os manguesais têm sido alvo de agressão, tanto pela retirada de madeira como pela instalação de tanques para piscicultura. Em função da pressão exercida pelo movimento ecológico do Estado, parte do bosque do

mangue do rio Cocó foi preservada na zona urbana de Fortaleza pela instalação de uma área de lazer do Estado nos 400 dos seus estimados 1.500 hectares. É o Parque Ecológico do Cocó, vitória parcial do Movimento SOS Cocó, posto que não conseguiu preservar a parte mais exuberante do manguesal, aquela situada na “foz do rio Cocó, na Praia do Caça e Pesca, até hoje exposta à especulação imobiliária e à extração de madeira e de areia das dunas adjacentes, apesar da rigorosa legislação em vigor” (FÓRUM, 1993).

Otacílio A indústria da construção civil avança sobre os recursos hídricos, a ponto de colocar em risco sua conservação, por construir imóveis localizados muito próximo a córregos, rios e lagoas. Nestes, são depositados efluentes de edifícios de apartamentos, tratados ou não.

Fortaleza Já está comprovado que a construção civil provocou em Fortaleza a elevação do desconforto térmico decorrente da “ilha de calor”, “domo” ou “cúpula” formada sobre a cidade. Trabalho da geógrafa Eurália Cleonice Holanda Malveira constatou a formação da ilha de calor em Fortaleza, ao comparar as temperaturas de solos naturais com as de solo asfaltado ou com calçamento. Realizada entre 1996 e 1997, a pesquisa foi orientada pela pesquisadora sênior da Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME),

Teresinha Maria Bezerra Sampaio Xavier, especialista em estudos de clima (COSTA, 1999).

Estudo realizado por encomenda da Prefeitura Municipal de Fortaleza registra o fracasso de sucessivos projetos elaborados com a finalidade de ordenar o crescimento da cidade, evitar e corrigir problemas. Neste Século XX foram feitas as propostas de Nestor de Figueiredo, com seu Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza (1933); de José Otacílio de Sabóia Ribeiro, o Plano Diretor de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza (1947); de Hélio Modesto, o Plano Diretor de Fortaleza (1962); e o encomendado pelo governo do período militar, Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza – PLANDIRF (1970-1971). A Coordenadoria do Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (CODEF) realizaria um trabalho interdisciplinar na administração Lúcio Alcântara com algum resultado positivo, porém muito prejudicado pela centralização das decisões nas esferas do Estado e da União. Nenhum desses projetos de urbanização foi aplicado de forma coerente. A cada administração municipal que tomava posse, era abandonado o esforço anterior, razão por que os problemas só se avolumaram (FORTALEZA, 1982).

O resultado deste acúmulo de decisões equivocadas e omissões pode ser constatado nas conclusões do estudo de VIANA & RODRIGUES (1999) sobre o estabelecimento de um índice de propensão à desertificação aplicável ao estado do Ceará. Partindo da definição de desertificação como algo que “advém do uso predatório dos recursos naturais pelos seres humanos, geralmente em um meio ambiente propenso ou frágil”, o estudo junta variáveis agrícolas e econômicas, sociais e naturais. Estas variáveis recebem sofisticado tratamento estatístico de análise fatorial.

Os resultados mostram Fortaleza com nível grave de tendência à desertificação, quando se usa a média quadrática ponderada. Conforme os autores, “este método parece sublinhar, aqui, os aspectos relacionados com degradação ambiental de uma região fortemente urbanizada”. Ao usarem a média geométrica, o modelo mostrou Fortaleza com desertificação em nível muito fraco, o que “parece enfatizar os aspectos relacionados com pobreza versus afluência” (imigração), isto é, os aspectos sociais (VIANA & RODRIGUES, 1999).

Ao fazer a média aritmética, o resultado indica Fortaleza com forte nível de propensão à desertificação. “Há, neste caso, a sugestão de

equilíbrio entre as variáveis naturais e sócio-econômicas mais próximo da visão de desertificação recomendada pelos trabalhos das Nações Unidas”, escrevem os autores. Segundo eles, este resultado sobre uma região que inclui uma área altamente urbanizada significa “mais degradação que desertificação. Eles admitem estar assumindo uma posição conservadora, mas optam pela média aritmética ponderada, por conciliar melhor os dados naturais e sócio-econômicos arrolados (VIANA & RODRIGUES, 1999).

Frente a este quadro, a população tem reagido em defesa dos recursos naturais da cidade e da garantia de qualidade de vida, do que resultaram a criação de áreas a serem conservadas como o Parque Cocó (Decreto nº 20253, de 05.09.89), já aludido, Parque Parreão e Parque Ecológico Maraponga (Decreto nº 21.349, de 03.05.91, DOE 07.05.91), além do Corredor Ecológico do Pacoti (Decreto nº 25777, de 15.2.2000) e da Área de Proteção Ambiental do Pacoti (Decreto nº 25778, de 15.2.2000), na esfera estadual.

Os movimentos contra a venda da área do 10º Grupo de Artilharia de Combate para nela instalar-se um grande *shopping center* e pela urbanização do Parque Rio Branco são exemplos de reações populares no

QUADRO 1

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	DIPLOMA LEGAL	ÁREA (ha)	ADMINISTRAÇÃO
Parque Ecológico do Cocó	Decreto nº 20.253 de 05.09.89	379,00	Estadual (SEDURB) Endereço: José Lourenço, 905 – Aldeota
Parque Ecológico Maraponga	Decreto nº 21.349, de 03.05.91 DOM – 07.05.91	31,00	Estadual (SEDURB) Endereço: José Lourenço, 905 – Aldeota
Reserva Ecológica Particular da Lagoa da Sapiranga	Portaria nº 031/97, de 03.02.97 Lei nº 7882, de 24.04.96 Lei nº 12.616 de 26.08.96 DOE – 03.09.96/ DEC 24.220 de 12.09.96/ DOE – 17.09.96	58.762,00	Particular Endereço: Rua Olegário Memória, 3000
Parque Botânico do Ceará	Decreto nº 24.216, de 09.09.96	190,00	Estadual (SEMACE) Endereço: Rua Jaime Benévolo, 1400
Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio	Lei nº 12.717, de 05.09.97 DOE – 23.09.97	33,20 Km/2	Estadual (SEMACE) Endereço: Rua Jaime Benévolo, 1400
Parque Adahil Barreto (Rio Cocó)	Lei nº 5754, de 11.11.83 DOM – 06..12.83		Municipal (SER II) Endereço: Rua Prof. Juraci de Oliveira, 01
Parque da Liberdade (Cidade da Criança)	Lei nº 84, de 21.10.98 Lei 6837/91 DOM – 07.05.91	2,40	Municipal (SER II) Endereço: Rua Prof. Juraci de Oliveira, 01
Bosque Dom Delgado	Lei nº 4158, de 26.04.73 DOM – 30.04.73		Municipal (SER II) Endereço: Rua Prof. Juraci de Oliveira, 01
APA do Estuário do Rio Ceará	Decreto nº 25.413, de 29.03.99	27.4489 Km/2	Estadual (SEMACE) Endereço: Rua Jaime Benévolo, 1400
Parque Lagoa do Opaia	Lei 5122-A/79 DEC. 4483/79, de 24.04.79 DEC. 13888/80 DOE – 27.06.80 DEC. 14.498/81 DOE – 15.06.81 DEC. 4483/75 de 18.06.75 DOM 19.06.75	11,00	Municipal (SER IV) Endereço: Av. Dedé Brasil, 3770
Bosque Presidente Geisel/Museu do Automóvel	Lei 4513/75, de 23.05.75 DOM – 02.06.75	5,00	Municipal (SER II) Endereço: Rua Prof. Juraci de Oliveira, 01
Parque Ecológico da Lagoa da Parangaba	Lei 7842, de 06.12.95 DOM – 14.12.95	3,50	Municipal (SER IV) Endereço: Av. Dedé Brasil, 3770
Parque Alagadiço	DEC 938894 DOM – 11.08.94	3,20	Municipal (SER II) Endereço: Rua Dom Jerônimo 20

Continua...

QUADRO 1

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Continuação

Polo de Lazer da Barra do Ceará	Decreto 5295/79, de 29.03.79 DOM – 05.04.79 LEI nº 5216/79, de 28.11.79 DOM – 06.12.79	1,40	Municipal (SER I) Endereço: Rua Dom Jerônimo, 20
Parque Ecológico Rio Branco	Decreto 8960/92, de 06.11.92 DOM – 16.11.92 DEC 4628/76/ DOM – 19.02.76	8,2	Municipal (SER II) Endereço: Rua Prof. Juraci de Oliveira, 01
Parque Lagoa do Papicu	Lei nº 5525/81, de 14.12.81 DOM – 04.01.82	8,00	Municipal (SER II) Endereço: Rua Prof. Juraci de Oliveira, 01
Parque Ecológico do Riacho Maceió	Lei nº 7549, de 21.06.94 DEC 9456/94, de 20.07.94 DOM – 16.08.94	7,10	Municipal (SER II) Endereço: Rua Prof. Juraci de Oliveira, 01
Parque Zoológico Sargento Prata	Lei 5012/78, de 26.05.78 DOM – 02.06.78	4,50	Municipal (SER VI) Endereço: Rua Prudente de Brasil, 100
Parque Parreão	DEC 8890/92, de 25.08.92 DOM – 02.09.92	2,2	Municipal (SER IV) Endereço: Av. Dedé Brasil, 3770
Horto Municipal	DEC nº 2672, de 19.10.65 DOM – Outubro/65	15,10	Municipal (SER VI) Endereço: Rua Prudente de Brasil, 100
Bosque General Eudoro Correia	Lei nº 4.486, de 1975		Municipal (SER II) Endereço: Rua Prof. Juraci de Oliveira, 01
Lagoa de Messejana	Lei 7524, de 03.05.94 DOM – 20.05.94 DEC nº 7510, de 20.11.86 DOM – 8532, de 18.12.86 DOM – 8532, de 18.12.86		
Lagoa do Papicu	Lei nº 6297, de 01.07.88 DOM – 26.09.88		Municipal (SER II) Endereço: Av. Prof. Juraci de Oliveira, 01

FONTE: Prefeitura Municipal de Fortaleza, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SMDT)

NOTAS: SEDURB – Superintendência do Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará
SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
SER – Secretaria Executiva Regional (Prefeitura Municipal de Fortaleza)

4 – O PARQUE RIO BRANCO COMO FATOR DE HUMANIZAÇÃO DA CIDADE

4.1 – O Contexto

O Parque Rio Branco foi criado pelo Decreto 4628/76, publicado no Diário Oficial do Município em 19.02.76, e sua área, desapropriada pelo Decreto 8.960/92, de 06.11.92 (DOM de 16.11.92). Compreende uma área de 8,2ha cujos limites são ao Norte a R. Castro Alves; Leste, R. Capitão Gustavo; Sul, Av. Pontes Vieira; e Oeste, Av. Visconde do Rio Branco, na confluência dos bairros Joaquim Távora – popular Piedade – São João do Tauape e Fátima, portanto muito próxima ao centro de Fortaleza.

O bairro Joaquim Távora conserva na Av. Visconde do Rio Branco, a partir do quarteirão correspondente ao parque, várias referências arquitetônicas de Fortaleza, registradas por LOPES (2000). São Residências que falam, por si sós, de um estilo de vida e de uma época em que morar era integrar-se à natureza. Era. Porque agora aquela e as demais vias dos três bairros são quase todas asfaltadas. Casas de jardim cedem espaços para torres

de apartamento, estabelecimentos de comércio e serviços, mercados públicos, além de indústrias, em meio a intensa concentração populacional.

Em 1995, ao se iniciar o PROPARQUE (Movimento em Prol do Parque Rio Branco) os integrantes constataram que no quadrilátero formado pelas Av. Visconde do Rio Branco, Heráclito Graça e Barão de Studart e R. Ana Gonçalves, havia apenas a pequena Praça São Lucas, na confluência da R. Coronel Alves Teixeira com a Travessa Pe. Chevalier, no Joaquim Távora. Em 1997, a Prefeitura Municipal de Fortaleza inaugurou a atual praça contígua ao Mercado Público Joaquim Távora, ao lado da Av. Pontes Vieira. Agora em 2000, houve a inauguração da Praça Glória Pestrana da Ponte Horta, na confluência da Av. Soriano Albuquerque, R. João Cordeiro, Travessa Soriano Albuquerque e R. Antonio Augusto, também no Joaquim Távora. Dessa forma, hoje existem apenas três pequenas praças no quadrilátero acima referido, apesar de densamente povoado. O pátio da matriz da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, de tão exíguo, nem merece menção. Esta realidade de raros espaços públicos em região tão densamente povoada constitui, por si só, forte argumento para a urbanização do parque e para a recuperação e preservação de seu ambiente original.

Fortaleza tem hoje uma população estimada em 2,1 milhões de habitantes. Há quatro anos, eram 1.065.513 habitantes, segundo o IBGE (2000). O arquiteto Carlos Limaverde, que fez estudo sobre os partes urbanos da cidade, diz que o parque Rio Branco foi dimensionado para beneficiar 350.000 habitantes dos bairros situados no seu entorno¹. São famílias de classe média baixa e pobres, em sua maioria. Algumas vivendo em situações de miséria, embora existam na área poucos núcleos habitacionais classificados como favela (os trechos do Lagamar correspondentes ao São João do Tauape, a Favela do Trilho e a Vila São Gabriel são exemplos).

Presume o autor desta monografia que um considerável número de famílias viva aquela situação de “pobreza envergonhada”, caracterizada por privações de consumo de bens básicos para uma sobrevivência digna, encobertas por uma aparente normalidade. Sinais desta situação, observados na convivência de cinco anos morando na área: casas mal conservadas, familiares doentes sem acesso aos serviços básicos de saúde, jovens perambulando pelas ruas, famílias oferecendo pequenos serviços nas próprias residências, adultos realizando trabalhos de natureza temporária que exige pouca ou nenhuma especialização (biscates), grande número de pessoas

¹ Dados colhidos através de entrevista informal

vivendo em uma mesma unidade habitacional – esta, em freqüentes casos, constituída de no máximo dois cômodos e sem jardim ou quintal.

fatores O adensamento da população na área verifica-se pela crescente construção de prédios de apartamento. De repente, terrenos onde se erguiam casas são ocupados por edifícios que recebem pelo menos 20 famílias que passam a viver em condomínios cujas áreas de lazer, quando existem, são muito reduzidas. A necessidade de morar mais próximo aos locais de trabalho, os problemas de segurança, a idéia de *status*, a economia de escala na construção e a história recente das grandes cidades levam a concluir que a tendência é o maior número de famílias morar em apartamentos em Fortaleza.

ambiente **governança** Nos bairros limítrofes ao parque – como de resto em toda a cidade – os habitantes convivem sempre mais com a poluição sonora e do ar, decorrente da intensificação do uso de veículos automotores no transporte pessoal e de carga. Como já mencionado, são poucas as praças como áreas de lazer, convivência e fator de arborização. As existentes são pouco arborizadas, não dão contribuição decisiva para melhorar o microclima. A construção de edifícios de apartamentos ou comerciais ocupa também os antigos quintais onde anteriormente vicejavam fruteiras – o que diminui e tende a diminuir mais as áreas verdes. Acrescente-se o generalizado asfaltamento das ruas e

temos o quadro propício à barragem da ventilação pelos prédios, à maior insolação e ao aumento da sensação de calor nas moradias e nas ruas. Desses fatores, as conseqüências, no subsolo, são o rebaixamento e a poluição do lençol freático, pois ao adensamento da população corresponde a instalação de fossas sépticas como solução para o saneamento. Apenas 37% da população ligaram suas instalações sanitárias à rede de esgoto do Projeto Sanear, que cobre atualmente 65% da área da cidade, segundo a Companhia de Águas e Esgotos do Ceará (CAGECE)².

É este contexto de crescente deterioração da qualidade do meio ambiente natural e construído que leva entidades civis, técnicos de órgãos governamentais e até populares a reivindicar mais parques para a cidade, e especial a urbanização do Parque Rio Branco, não concluída. Tais lutas encontram respaldo, entre técnicos, no saber científico acumulado e na legislação vigente, e no meio de populares, no sentimento empírico de que algo deve ser feito para melhorar a qualidade de vida.

² Informação colhida em entrevista informal na Assessoria de Comunicação da Cagece

4.2 - A Legislação

O corpo jurídico do País confere responsabilidades na preservação e conservação do meio ambiente às esferas da União Federal, dos Estados e do município, tornando autônomo o cidadão comum para entrar com ações na Justiça, sempre que atividades econômicas e outras prejudicarem o meio ambiente. O princípio basilar está na Constituição Federal que estabelece no artigo 225:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e as futuras gerações” (BRASIL, 1988).

O mesmo artigo constitucional afirma que ao Poder Público compete “preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos; controlar a produção, comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; promover a educação ambiental em todos os níveis e a conscientização pública

para a preservação do meio ambiente; e proteger a fauna e a flora” (BRASIL, 1988).

O Código Florestal (Lei federal 4.771, de 15 de setembro de 1965), já determina que são de preservação permanente as reservas florestais e demais formas de vegetação natural situadas nas nascentes, ainda que intermitentes, e nos chamados “olhos d’água” (BANCO DO NORDESTE, 1999). Já a Resolução CONAMA Nº 004/85 considera “Reservas Ecológicas as formações florísticas, as áreas de preservação permanente e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer corpo d’água, em faixa marginal além do leito maior sazonal medido horizontalmente, cuja largura mínima seja de 30 metros para os rios com menos de 10 metros de largura (BANCO DO NORDESTE, 1999).

Conforme a Lei Orgânica do Município de Fortaleza (LOM), de, a Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano e o Código de obras e Posturas “terão como diretriz geral o equilíbrio do meio ambiente, a preservação ecológica e a qualidade de vida”. A Lei Orgânica, em seu artigo 194, estabelece como competência do poder público e da coletividade a educação ambiental em todos os níveis, estimular e promover o

reflorestamento ecológico em áreas degradadas, promover medidas judiciais e administrativas de responsabilidade dos causadores de poluição e degradação ambiente (FORTALEZA, 1995).

Também cabe ao poder público e à coletividade (ainda conforme aquele artigo) criar parques, reservas ecológicas... e dotá-las de infra-estrutura indispensável às suas finalidades; impedir a evasão, a destruição e descaracterização de bens de valor histórico, artístico, cultural ou ecológico; promover programas de melhoria das condições habitacionais e urbanísticas, e de saneamento básico; recuperar a vegetação em áreas urbanas, segundo critérios definidos por lei (FORTALEZA, 1995).

Estabelece igualmente a mesma lei que as lagoas, dunas, as praias, os mangues e as paisagens naturais notáveis são consideradas de relevante valor ambiental (Art. 200); as condutas lesivas ao meio ambiente sujeitarão o infrator às sanções, independente da obrigação de reparar os danos causados (Art. 203); é obrigação das instituições do Poder Executivo informar ao Ministério Público sobre ocorrência de conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente (Art. 204); e o poder público municipal incentivará os movimentos comunitários e as associações de caráter científico e cultural com finalidade ecológica (Art. 211) (FORTALEZA, 1995).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza – PDDU-FOR – (Lei 7061, de 16.01.92, publicada no DOM de 20.01.92), estabelece como objetivos da política urbana “a preservação, a proteção e a recuperação do ambiente natural e cultural; e a identificação de áreas de especial interesse urbanístico, social e ambiental, turístico, cultural e de utilidade pública” (Art. 2º, III e IV). Entre suas macrodiretrizes está a de “assegurar a preservação e a recuperação do meio ambiente natural e do patrimônio histórico e cultural” (Art. 20, XVII) e “assegurar a participação da população no planejamento e controle da execução das diretrizes” daquele plano diretor (Art. 20, IXX) (FORTALEZA, 1995).

A região onde se situa o Parque Rio Branco fica na Microzona ZU-4 da Macrozona Urbanizada de Fortaleza (FORTALEZA, 1995), onde há sistema de água, passou recentemente a rede de esgoto do Projeto Sanear e em 1992 havia uma densidade populacional entre 92 e 204hab/ha. Esta densidade estava projetada para até 283hab/ha. no ano 2000, não podendo ultrapassar 490hab/ha., conforme estabeleceu aquele PDDU-FOR.

O Plano Diretor predeterminou que seria criada uma legislação própria para Áreas de Proteção entre as quais está incluído o Parque Rio

Branco. Esta legislação foi aprovada em 1996 pela Câmara Municipal como Lei 7893, de 02.05.96 (DOM de 22.05.96). Segundo esta lei, nas Áreas de Proteção só são permitidos os seguintes usos e atividades: silvicultura, plantio, replantio e manutenção de matas; pesca e aqüicultura, floricultura, e agricultura; cultura de sementes e mudas, horticultura, cultura de condimentos aromáticos medicinais, fruticultura, apicultura, camping, parques, horto florestal e aquário (Art. 2). Qualquer construção naquelas áreas “obedecerá o que estabelece o Código Florestal” e no caso de já estarem ocupadas “os usos e atividades inadequados, ficam proibidas quaisquer mudanças de uso e acréscimo na área construída e impermeabilizada (Art. 3). Também fica proibida “a construção de muros nos limites dos terrenos” (Art. 4) (FORTALEZA, 1996).

Apesar da legislação existente, e dada a pouca participação popular nas decisões, são freqüentes as agressões a essas áreas de preservação noticiadas pelos meios de comunicação, como registrado no ANEXO 2. Mesmo quando a população se mobiliza para reivindicar ou protestar, sua voz não repercute efetivamente para estancar o processo de degradação dessas áreas ou conquistar melhorias. Em regra, os projetos de natureza econômica prevalecem.

5 - A ATIVIDADE ECONÔMICA E A DETERIORAÇÃO DO PARQUE RIO BRANCO

O Parque Rio Branco situa-se em bairro predominantemente residencial. O que se disse no item 4.1 deixa claro que a construção civil causa o maior impacto sobre o meio ambiente natural no entorno do Parque Rio Branco. A indústria da construção civil, caracterizada como aquela cuja finalidade é prover a instalação da infra-estrutura urbana, moradias, sedes de atividades produtivas e equipamentos públicos.

Esta indústria:

“Compreende de forma geral a criação, conservação e saneamento de espaços habitáveis, demandando a disponibilização de solos edificáveis e infra-estrutura (arruamento, transporte coletivo, telecomunicações, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, coleta de resíduos sólidos e fornecimento de energia elétrica), além do abastecimento de materiais de construção e respectivas técnicas de construção” (BANCO DO NORDESTE, 1999).

No parque e em suas imediações, desenvolvem-se atualmente atividades de agricultura (hortas dentro do parque), indústrias (movelaria, padaria, metalúrgica), comércio e serviços (restaurantes, postos de gasolina, clube social, oficinas mecânicas, empresas de transporte coletivo, igrejas). A urbanização sem planejamento levou à impermeabilização do solo, sem o correspondente dimensionamento da capacidade de o sistema drenar as águas cujo fluxo naturalmente aumentou. O resultado é o alagamento de residências quando ocorrem chuvas maiores, mesmo em ruas dotadas de galerias pluviais, o que nem sempre ocorre de existir.

Pequenos rios antes existentes segundo o depoimento de antigos moradores, foram soterrados. Destes, hoje restam três filetes de água que cortam o parque. Dois deles transformados em galerias pluviais nas ruas situadas nas imediações do parque. Um terceiro encontra-se quase totalmente soterrado por construções de moradias irregulares em sua nascente e pelo depósito de entulho nas suas margens.

O aterro de parte significativa do parque é mais uma influência negativa da construção civil. Foi praticado até pelo poder público, como ocorreu quando da urbanização dos acessos ao parque pela Av. Pontes Vieira e

pela R. Capitão Gustavo, com a finalidade de se formarem platôs sobre os quais foram construídas “praças” previstas no projeto da arquiteta Maria Clara Nogueira Paes.

Em 1994 e 1995, construtoras despejaram toneladas de entulho nos terrenos do parque voltados para a Av. Visconde do Rio Branco e para a R. Castro Alves, nos exatos locais das duas outras entradas cuja urbanização está prevista e é reivindicada pelos moradores. Estes aterros foram praticados com permissão ativa ou passiva dos antigos proprietários desses terrenos desapropriados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, em 1992, porém cujas indenizações não haviam sido pagas até então. A prática de aterramento foi denunciada na oportunidade à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio e Meio Ambiente (SPLAM) que não a coibiu de imediato nem impôs as sanções previstas na legislação municipal. Esta omissão do poder público motivaria o surgimento da pressão popular sobre a prefeitura, em 1995, pela preservação dos recursos e urbanização do parque.

5.2 – O Parque

O Parque Rio Branco é uma área da cidade de Fortaleza delimitada pelas ruas Castro Alves (Norte) e Capitão Gustavo (Leste) e pelas avenidas Pontes Vieira (Sul) e Visconde do Rio Branco (Oeste) (FIGURA 1 e ANEXO 3). Como já mencionado, para cada lado do quarteirão o projeto prevê acessos, dois dos quais já urbanizados – os Sul e Leste. Negociações entre antigos moradores, empresários e prefeitura resultaram em acordo segundo o qual foram conservadas as construções existentes nos terrenos correspondentes às esquinas do quadrilátero.

A parte central do terreno correspondia a quintais das residências e antigos sítios onde se desenvolviam atividades de criação de gado e horticultura. Segundo a prefeitura, o parque mede 8,2 hectares. Esta área, entrecortada por três córregos que se dirigem para oeste, é muito baixa em relação às situadas nos demais pontos cardeais. Por esta razão, os primeiros moradores precisaram fazer aterros sobre os quais construíram suas habitações, no início deste século. Posteriormente ali se instalaram também indústria de moagem e torrefação de café (Café Wal Can), estabelecimentos comerciais, postos de gasolina, serraria, igrejas, oficinas mecânicas e outras

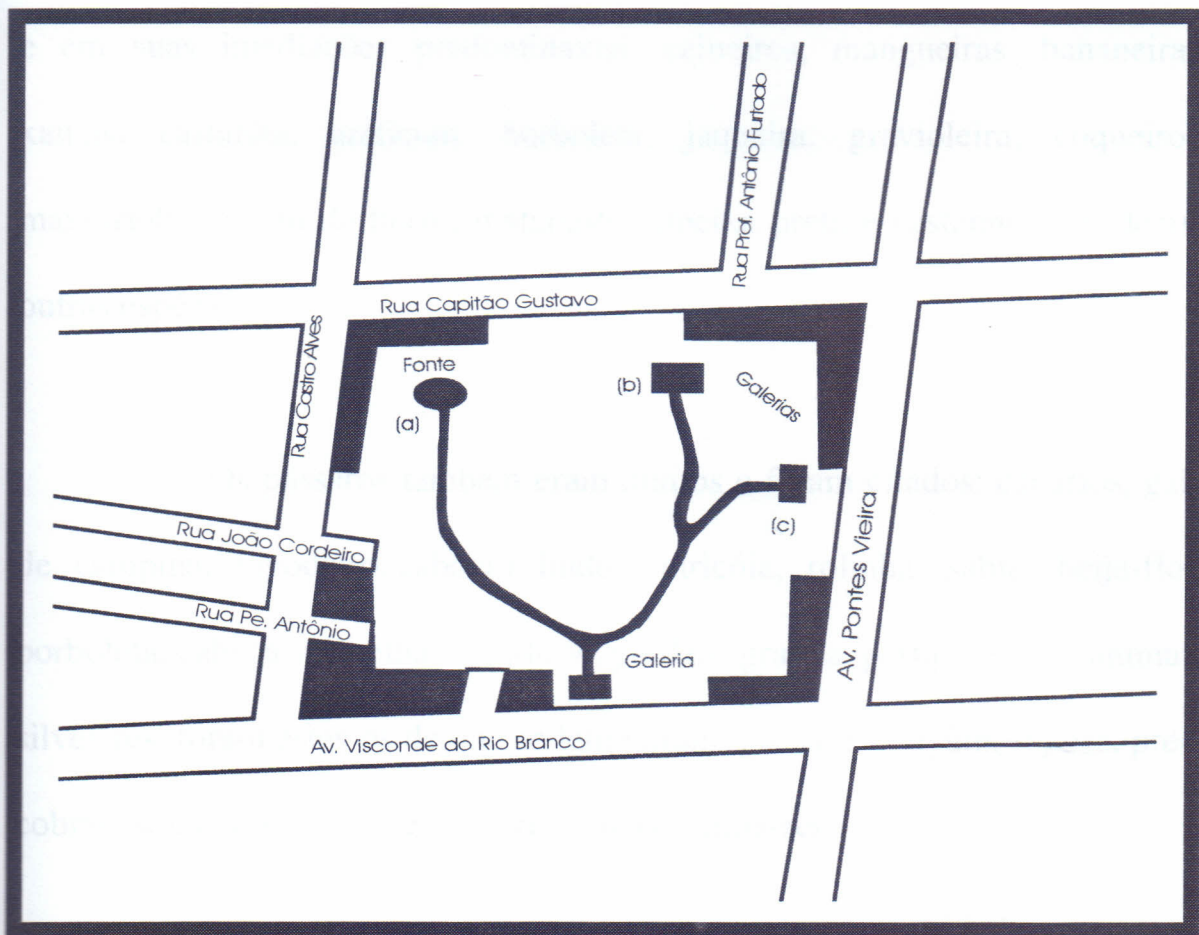
atividades que ainda ocupam as “bordas” do quarteirão. Com a criação do parque, em 1992, estas atividades ficaram concentradas nas proximidades das esquinas do grande quadrilátero, posto que nos centros de cada lado haverá uma entrada do equipamento.

Residências construídas sobre as nascentes fizeram diminuir o corpo d’água dos riachos que se originavam (a) onde hoje ficam as esquinas da R. Capitão Gustavo com R. Castro Alves, (b) na R. Prof. Antônio Furtado e (c) no bairro São João do Tauape, este último entrando na área preservada passando sob a Av. Pontes Vieira (FIGURA 1). Desses três córregos, pouco resta atualmente. Do situado no ponto (a), um filete d’água teima em dirigir-se à Av. Visconde, pois sua fonte está quase totalmente sufocada por casas da Capitão Gustavo e pela ocupação irregular de parte da área do parque. Os riachos dos pontos (b) e (c) tiveram seus cursos transformados em galerias pluviais e só emergem dentro do parque, na primeira parte urbanizada. As nascentes e os percursos desses córregos foram mencionados por antigos moradores, nas entrevistas.

FIGURA 1

PARQUE RIO BRANCO

LIMITES E REPRESENTAÇÃO DOS CÓRREGOS



FONTE: Elaboração do autor.

5.3 – A Paisagem Original

Conforme os depoimentos dos remanescentes dos primeiros moradores da área, em entrevistas, na vegetação original do terreno do parque e em suas imediações predominavam cajueiros, mangueiras, bananeiras, xanana castanha, araticum, borboleta, jaqueira, gravioleira, coqueiros, mangirioba, capim de burro, matapasto, ameixa preta e castanholeira, dentre outras espécies³.

Os pássaros também eram muitos e foram citados: canários, galo de campina, bigodeiro, caboclo lindo, ciricóia, rolinha, sabiá, beija-flor, borboleta, cabeça vermelha, bem-te-vi, pardais, graúna, periquito. Dos animais silvestres, foram estes os de que se lembraram guaxinin, sagüin, raposa, preá, cobras, soim, urubu, jacaré, avestruz, anta e urubu-rei.

Os moradores descrevem “um corrente” que nascia na parte alta, atravessava o que hoje é a R. Capitão Gustavo e “ia até o sítio de Eugênio Porto, desembocando na atual Aguanambi”. Este “corrente” formava uma lagoa na altura da atual confluência das ruas João Cordeiro e Castro Alves. Ali

³ Pássaros, árvores e rios são aqui mencionados com os nomes populares referidos nas entrevistas.

as mulheres lavavam roupas. Conforme o Sr. Francisco Marques da Silva, mais conhecido como Camboa, no inverno se atravessava aquele riacho “com água na canela” e na altura da atual agência do BEC (Banco do Estado do Ceará) da Pontes Vieira havia “outro corrente”. Já o Sr. Francisco Costa Nogueira dá notícia da existência de uma área alagada que se estendia do atual número 200 da Pontes Vieira até o prédio do BEC. Também ele falou de “uma grande aguada” onde hoje confluem as ruas João Cordeiro e Castro Alves.

Embora com pequenas divergências nos detalhes, os depoimentos coincidem no essencial: a região era dotada de uma flora e fauna exuberantes e de cursos d’água, tudo hoje profundamente depredado pela ação antrópica.

6 – VISÕES DOS CIDADÃOS: O MOVIMENTO PROPARQUE E SUAS PROPOSTAS

Um dos componentes vitais da sociedade atual é a comunicação social. Em virtude de fatores como a quase universalização da educação básica e a circulação de mensagens mundo afora com extrema rapidez, geram-se novas convicções e quebram-se preconceitos. Uma dessas repercussões é a nova postura dos cidadãos frente ao meio ambiente. Alie-se a este fato constatado empiricamente o conceito de que na democracia o cidadão é o primeiro fiscal do poder público e se tem dois referenciais a explicar o surgimento do Proparque (Movimento em Prol do Parque Rio Branco), no bairro Joaquim Távora, em Fortaleza.

A presente seção tem por finalidade mostrar a origem do Proparque, suas estratégias credenciamento como porta-voz da população com legitimidade e de negociação com o poder constituído e as reações das esferas de poder frente às reivindicações de paralisação do processo de deterioração do parque e de término da urbanização daquele parque.

6.1 – A Origem do Proparque

Recém-chegado ao bairro, o autor desta monografia percebeu, e 1994, caçambas despejando entulho de construção em um terreno às margens da Av. Visconde do Rio Branco. Julgou ser obra autorizada pela prefeitura em terreno particular e não deu maior importância – posteriormente viria a ser informado de que naquele local estava prevista a entrada do parque. Algum tempo depois, outro aterramento ocorria, agora na entrada do parque pela R. Castro Alves, esquina com R. João Cordeiro. O autor registrou denúncia na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Administração Territorial (Splam).

Notas foram colocadas tanto no jornal o Povo como no Diário do Nordeste, o que fez com que outros cidadãos que também haviam denunciado o fato ao órgão municipal procurassem o autor e sua mulher, na expectativa de que, juntos, poderiam barrar aquela agressão. Após várias idas à Splam, sem resultado palpável, os moradores Francisco Costa Nogueira, Maria José Justino Holanda, Francisco Tarcísio Tavares, Ademir da Silva Costa e sua mulher Maria Luísa Vaz Costa resolveram convidar as pessoas do bairro para uma reunião mais ampla, a fim de discutirem juntas o problema. Daí surgiu o

movimento Proparque, em 1º de novembro de 1995, a cuja reunião compareceram, além dos citados acima, Antônio Venâncio de Sousa Neto e Antônio Weber Braga de Almeida.

Seguiu-se um período de manifestações públicas no parque (QUADRO 2), abaixo-assinados e negociações com os responsáveis por órgãos municipais, especialmente com Eliseu Becco, titular da Secretaria Executiva Regional II (SER II), a cuja jurisdição pertence o parque. Das negociações firmou-se compromisso daquele secretário de introduzir mudanças no projeto arquitetônico original, a fim de o parque conter equipamentos sugeridos pela população.

QUADRO 2

MANIFESTAÇÕES REALIZADAS PELO MOVIMENTO PROPARQUE

1996-2000

DATA	EVENTO/LOCAL
05/05/96	Ato Show Grite pelo Parque, Grite pela Vida! Coleta de Assinaturas para o abaixo-assinado e de sugestões para o parque; números artísticos no Parque Rio Branco
09/07/96	Entrega do abaixo assinado firmado por cerca de 1.000 pessoas, ao Gabinete do Prefeito
12/11/97	Comissão Entrega na SMDT dossiê contendo cópias de abaixo-assinado e outros documentos encaminhados aos órgãos da prefeitura, denunciando irregularidades no parque
05/04/98	Grito pela Vida, no Parque Rio Branco, com exposição de trabalhos de entidades que promovem a vida; Casa da Esperança, Iprede, Casa do Menino Jesus e outros.
30/05/98	Audiência Pública promovida pela Câmara Municipal de Fortaleza, no Parque Rio Branco
31/05/98	Festa da Vida, promoção em conjunto com várias entidades na abertura da Semana Estadual do Meio Ambiente, no Parque Rio Branco.
02/11/98	Manifestações durante toda a manhã, no parque
OUTUBRO/99	Campanha incentiva remessa de cartas por populares ao Prefeito. Mais de 300 cartas foram protocoladas no Gabinete do Prefeito.
30/11/99	Ato Comemora 4 anos do Movimento Proparque, no parque.

FONTE: Arquivo do Movimento Proparque

6.2 – As Estratégias do Movimento

Desde seu primeiro encontro, ficou decidido que o Proparque agiria com a perspectiva de ultrapassar a mera conquista da urbanização do logradouro. Decidiu-se de imediato por uma ação continuada após a realização da obra, no sentido de contribuir para elevar o nível de educação dos usuários, tornando-se estes também preservadores do equipamento conquistado.

Prova dessa diretriz é que o nome originalmente proposto era Movimento em Prol da Urbanização do Parque Rio Branco (Proparque), mas após discussão do grupo houve consenso quanto à retirada da expressão “da urbanização”. Os encontros seguintes foram decisivos para traçar outras diretrizes como: (a) falar com as autoridades sempre em grupo, para evitar desconfianças recíprocas, (b) promover ações que redundassem em oportunidades de educação popular para conquistar qualidade ambiental, (c) envolver a população nas decisões, de modo a não agir isoladamente, mas, tanto quanto possível, representar os anseios dos moradores da área, (d) manter a independência, não se deixando instrumentalizar pelos partidos políticos, pelos prefeitos ou seus prepostos, e (e) usar também a mídia como instrumento de educação popular e pressão à prefeitura.

Com base nestas diretrizes, o Proparque realizou trabalho de mobilização das pessoas e difusão de suas idéias, para o que convocou reuniões, ora quinzenais ora semanais, realizou eventos, colheu cerca de 1.000 assinaturas para o abaixo-assinado entregue ao então prefeito Antônio Cambraia, recolheu opiniões da população acerca de quais equipamentos deveriam ser instalados no parque, solicitou e compareceu a audiências com autoridades municipais.

Para exercer pressão moral com maior legitimidade e alcançar mais eficácia em sua ação, o Movimento Proparque buscou apoio e estabeleceu parcerias com entidades pré-existentes nos bairros adjacentes, igrejas e demais representações religiosas, comissões de meio ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, da Câmara Municipal de Fortaleza, com organizações não-governamentais como o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), sindicatos e centrais sindicais, dentre outras. Ainda no bairro, foram contatados para ajudar: síndicos de condomínios e donos de estabelecimentos comerciais, muitos dos quais ajudam nas comunicações e convocações, entregando a moradores e clientes, respectivamente, panfletos e boletins produzidos na campanha. Esta fórmula

manifestou-se eficiente para o intercâmbio de informações entre a coordenação do Proparque e a população, especialmente nos convites e mobilizações.

A primeira atividade pública do movimento foi o ato-show “Grite pelo Parque, Grite pela Vida!”, dia 5 de maio de 1996, quando, em meio a números artísticos apresentados em palco improvisado, as pessoas eram incentivadas a firmar o abaixo-assinado e a colocar em urnas suas sugestões de equipamentos que a prefeitura deveria colocar no parque, quando fossem concluir as obras de urbanização. Esta pesquisa não foi induzida, posto que não foram colocadas alternativas para escolha, as pessoas se manifestava livremente.

O evento apresentou como saldos positivos um rol de sugestões (QUADRO 3) e a cobertura feita por rádios, jornais e televisões. Desde então, os principais jornais de Fortaleza têm discutido as questões relacionadas ao parque, seja em colunas, seja em reportagens, algumas ocupando todo o espaço editorial das respectivas páginas (ANEXO 2).

As atividades no parque e sua repercussão na imprensa tivera dois efeitos esperados: (a) despertaram maior interesse das pessoas dos bairros

circunvizinhos pelo parque. Interesse manifesto pelo acompanhamento da campanha e ajuda nos eventos; (b) abriram espaço para o Movimento nos órgãos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, de modo que o titular da Secretaria Executiva Regional II passou a receber comissões do movimento e compareceu às suas reuniões, para ouvir direto dos usuários do parque suas preocupações e sugestões, bem como para prestar esclarecimentos quanto ao que poderia ou não incluir no projeto, tendo em vista as limitações legais, as diretrizes da administração municipal e as restrições de recursos. O secretário Eliseu Becco trouxe a essas reuniões a autora do projeto urbanístico, arquiteta Maria Clara Paes Nogueira, que ficou incumbida de estudar e incluir no projeto o que fosse viável, dentro da concepção de parque urbano.

O respeito mútuo marca o relacionamento do Proparque com as autoridades do município, mas estas nunca sinalizaram com precisão quando as reivindicações seriam atendidas. O titular da antiga Splam jamais recebeu os membros do movimento que nunca souberam dos encaminhamentos dados às denúncias ali protocoladas. Foi portanto, uma fase de tratamento indiferente, o que talvez se explique pelo fato de as denúncias terem sido levadas individualmente, em um primeiro momento (1994-1995), e posteriormente assumidas pelo Proparque. Este tratamento persistiu mesmo

QUADRO 3

SUGESTÕES DA POPULAÇÃO PARA O PROJETO DO PARQUE ECOLÓGICO RIO BRANCO

SUGESTÕES	QUANT.
Anfiteatro	09
Atividades permanentes de educação física	15
Banheiro	09
Bebedouro	12
Cabine policial	04
Campo de futebol	30
Ciclovia	03
Equipamentos para exercícios	10
Iluminação	02
Limpeza permanente	03
Lixeiras	20
Mais verde	23
Mesas e bancos pré-moldados p/ prática de dama, gamão, etc	04
Pista de patins	12
Pista de skate	02
Quadra esportiva	22
Quiosque	08
Rampa para deficientes	20
Realização de Atividades Esportivas, Artísticas e Culturais	07
Restauração e Conservação dos Brinquedos	07
Retirada Das Pedrinhas P/Melhor Caminhada	24
Segurança(Cabine Policial Das 6:00 À 00:00 Hora	27
TOTAL	273

FONTE: Arquivo do Movimento Proparque

após a entrega do dossiê contendo o abaixo-assinado com a reivindicação de conclusão das obras e as denúncias de irregularidades no parque, no Gabinete do Prefeito Antônio Cambraia, em 9 de julho de 1996.

Instalado o Movimento e tendo assumido uma nova administração municipal, em 1997, os membros do Proparque foram recebidos pelo Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SMDT), a quem entregaram cópia do dossiê já protocolado no Gabinete do Prefeito. O objetivo era sensibilizar esta secretaria responsável pela política de meio ambiente, pela decisão de implementar o projeto de urbanização do parque, cuja execução caberia à SER II. De imediato a incursão na SMDT não deu o resultado esperado. Foi necessária uma iniciativa da Assembléia Legislativa, como se verá no item 6.3, para que aquela secretaria realizasse visita de inspeção, aplicasse questionário para ouvir a população sobre o parque e sugerisse ao prefeito, agora Juraci Magalhães, as medidas cabíveis.

A entrega do abaixo-assinado no gabinete do prefeito (09 de julho de 1996), não obteve qualquer resposta. Começou com a frustração da ausência do prefeito à audiência, de modo que a comissão do Proparque foi

recebida pelo Chefe de Gabinete Mário Sérgio Lima Rodrigues que se comprometeu de entregar ao prefeito o dossiê protocolado sob o número 1051, na primeira audiência que este concedesse ao presidente da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb), à época o órgão municipal a que caberia a execução do projeto do parque.

Junto com o abaixo-assinado, o prefeito recebeu também um anexo com recortes de jornais contendo denúncias de irregularidades no parque e a relação de equipamentos levantada junto a população durante o ato-show de 5 de maio de 1996. Estes documentos, protocolados no gabinete do Prefeito sob o nº 1051, não provocaram qualquer resposta, apesar das buscas efetuadas pelos membros do Proparque. Foram encontradas nos arquivos da SER II, agora em 2000, quando este autor ali esteve para receber cópias do projeto que já incorpora algumas das reivindicações do Movimento, como se verá na seção seguinte.

O movimento se estruturou e tem saldos positivos a comemorar, mas nunca chegou a somar mais de 20 pessoas e permanece pequeno o número de seus integrantes na linha de frente. Verifica-se aqui que as pessoas são capazes de aprovar em tese uma campanha ou idéia como um de seus

interesses difusos, mas os interesses pontuais às vezes suplantam aqueles (DRUCKER, apud BURSZTYN).

Para os próprios membros do Movimento Proparque e para a população, a campanha pela urbanização do Parque Rio Branco tem sido fator de educação ambiental não formal (LEONARDI, 1996). Meios para isso são as discussões travadas nas reuniões, os boletins distribuídos à população, as cópias de notícias de jornais disseminadas junto com convites para reuniões ou manifestações, e os atos promovidos no parque nos quais sempre foram realizadas minipalestras, peças teatrais e demonstrações científicas de reciclagem de papel e análise de água, dentre outros. Não foi realizada nenhuma pesquisa que meça o resultado dessa ação educativa, poré presume-se empiricamente que no longo prazo possam ocorrer conseqüências positivas, principalmente se considerarmos a participação do público jovem nos eventos realizados.

7.3 – As Reações do Poder.

A Campanha pela urbanização do Parque Ecológico Rio Branco nos seus primeiros cinco anos foi encarada pelos órgãos públicos inicialmente

com indiferença, depois com diálogos. Em seguida chegou-se ao estágio das respostas com promessas nas audiências e pela mídia e desembocou em pequenas reformas e na elaboração de um novo projeto, agora contemplando boa parte das sugestões populares. Ao redigir esta monografia, no final de setembro de 2000, ainda não há segurança se o projeto será implementado na atual administração municipal.

Em meio a este percurso, vários atores entraram em cena, motivados pelo Movimento. A Câmara Municipal de Fortaleza incluiu sucessivamente, no orçamento municipal verbas destinadas à conclusão do parque, a partir de 1997. Mas na execução, sempre faltaram a decisão de realizar a obra e a verba para suporte. Em 30 de maio de 1998, por iniciativa da vereadora Luizianne Lins, realizou-se uma Audiência Pública no Parque Rio Branco. Na oportunidade, a SER II apresentou o novo projeto elaborado pela arquiteta Maria Clara Nogueira Paes que ouviu as observações dos presentes, especialmente os argumentos contra a instalação de quatro quadras de tênis. O secretário Eliseu Becco comprometeu-se a fazer as adequações no projeto, mas não marcou prazo para sua execução, alegando falta de verbas e de autonomia para decidir. A Secretaria (SMDT) que poderia orientar o Prefeito para tomar tal decisão, mandou para a audiência um funcionário

técnico cujo pronunciamento em nada esclareceu os presentes. A SMDT tomaria, mais tarde, a iniciativa de realizar inspeção técnica no parque, aplicar um questionamento junto a população a sugerir medidas ao prefeito municipal (FORTALEZA, 1997).

A intervenção da SMTD decorreu de um requerimento formal do deputado Estadual Arthur Bruno, solicitando informações sobre a situação do Parque Rio Branco. Da visita de inspeção realizada resultou o relatório técnico que constatou irregularidades denunciadas como contaminação por esgoto doméstico e insegurança. Também informa sobre as invasões de áreas do parque, destruição de brinquedos e insuficiência de espaços públicos naquela área densamente povoada (FORTALEZA, 1997).

De 28 a 30 de abril de 1998, a mesma SMDT realizou pesquisa junto aos usuários do parque, quando ouviu 120 pessoas. Apesar de reduzido universo e do claro direcionamento das questões, a pesquisa revelou que 98% freqüentam o logradouro diariamente. Reclamaram do piso de pedrisco (95%), disseram que praticam esporte (93%) optaram por uma quadra poliesportiva (98%) e apenas 2% citaram a necessidade de uma quadra de tênis. Uma escola ambiental foi mencionada por 98%, indicando que nela deveriam ser

cultivadas plantas ornamentais, frutíferas, hortaliças e medicinais. Quanto à colocação de quiosques de alimentação, uns estavam a favor (60%) e outros (FORTALEZA, 199..).

O relatório revela direcionamento da pesquisa no sentido de fundamentar a posição da SMDT em relação ao parque. Nas reuniões do Movimento viera à tona a discordância entre a arquiteta Maria Clara Nogueira Paes e a coordenadora de Meio Ambiente da SMDT, Teodora Ximenes da Silveira, quanto a que equipamentos o parque poderia receber. A arquiteta discordava da inclusão da escola para cultivo e venda de plantas e barracas para venda de alimentos, por interferirem na concepção do parque como área exclusivamente destinada ao lazer, à prática de exercícios e à contemplação. Atividade como barraca de alimentos, no seu entender, contribuiria para poluir o ambiente e até brigas entre pessoas embriagadas (alcoólicos). A coordenadora era contra as quadras de tênis e defendia a inclusão de pontos de venda de plantas e de alimentos.

A Assembléia Legislativa contribuiu com a campanha na medida em que seus deputados, individualmente (caso de Artur Bruno, já referido) ou via Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Meio Ambiente,

ofereceram suporte (cópias de documentos), denunciaram em plenário as condições do parque e solicitaram gestões da prefeitura ou compareceram aos atos públicos realizados. Estas ações partiram de políticos da oposição, embora o Movimento tenha sempre enviado suas comunicações a todos os parlamentares, da Assembléia e da Câmara, sem distinção ideológica.

Outro ator importante como apoio à campanha foi a Câmara Municipal de Fortaleza. De imediato por meio do vereador Sérgio Novais, membro da Comissão de Urbanismo. Posteriormente, vieram apoios da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Direitos Humanos. Destas intervenções resultaram sucessivas inclusões no orçamento municipal de verbas para manutenção, reparos ou conclusão do parque, sucessivamente, a partir do ano de 1997. Medidas que se configuraram mais simbólicas e políticas, pois não se efetivaram. Mais decisiva parece ter sido a realização da Audiência Pública no ambiente do Parque, em 30 de maio de 1998, requisitada pela vereadora Luizianne Lins, dada a presença de grande número de vereadores (inclusive os da Comissão de Urbanismo), pelo grande fluxo de pessoas do bairro, pelos esclarecimentos sobre o estágio do projeto naquele momento. O titular da SER II justificou a inclusão de 4 quadras de tênis no projeto, expôs a falta de recursos com fator impeditivo ao início das obras

(estes seriam solicitados ao Ministério do Meio Ambiente) e assumiu o compromisso de concluir o projeto e entregá-lo ao prefeito, para aprovação final. O secretário elogiou o Movimento.

No dia seguinte à audiência pública o Movimento Proparque realizou a Festa da Vida, evento que abriu a Semana do Meio Ambiente liderada pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace). Para tanto houve parceria com várias instâncias oficiais e não-governamentais, de modo que o evento foi mais uma oportunidade de expor na mídia a situação do Parque e as questões relativas à qualidade de vida. O público infantil, jovem e adulto afluíu em massa, até para usufruir dos serviços oferecidos na ocasião pela Escola Técnica Federal, Semace, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e outras que ofereceram reciclagem de papel, análise de água, filmes educativos, folhetos informativos, instruções sobre higiene bucal e atrações artísticas.

A Audiência Pública e a Festa da Vida alcançaram larga cobertura da mídia e repercussão política. Agora em 2000, ao ter acesso à documentação, constatou-se que o projeto definitivo do parque ficou pronto em 28 de junho de 1998 e contempla várias reivindicações do Movimento

(QUADRO 4). Portanto, imediatamente após aquelas manifestações. Depois da Audiência Pública a SER II fechou-se para o Movimento Proparque, não mais atendendo a solicitação de informações quanto ao andamento do projeto. Uma vez concluído, ele foi exposto em promoções da prefeitura em outros bairros no programa “Viva Fortaleza Viva”, no qual a prefeitura oferece serviços à população e comunica seus projetos em planejamento e obras realizadas. O Proparque jamais recebeu cópia do projeto. Para conseguir uma, o autor desta monografia apresentou-se ao novo titular da SER II, Renato Parente, como funcionário do Banco do Nordeste e aluno da Universidade Federal do Ceará pesquisando sobre economia e meio ambiente.

Renato Parente compareceu à Festa da Vida 2000, no último dia 11 de junho, mas não fez pronunciamento oficial sobre o parque durante a programação. O próprio prefeito Juraci Magalhães, candidato à reeleição, chegou ao parque acompanhado do titular da SMDT, Marcelo Teixeira, mas não entrou nem fez declaração sobre o projeto sequer para a imprensa. Para os membros do Proparque ficou a grande incógnita quanto à efetivação do projeto ainda nesta administração, apesar de as obras terem iniciado em junho, a título de reforma e ampliação, conforme placa instalada no local pela

prefeitura. Apesar das solicitações no Gabinete ou via Ouvidoria, membros do Movimento jamais foram recebidos pelos prefeitos titulares no período.

QUADRO 4

REINVIDICAÇÕES DA POPULAÇÃO E EQUIPAMENTOS

INCLUÍDOS NO PROJETO DO PARQUE RIO BRANCO

SUGESTÕES DA COMUNIDADE	ITENS INCLUÍDOS NO PROJETO
Cabine policial	_____
Retirada do entulho e lixo	_____
Fazer duas entradas pela visconde do rio branco e castro alves	Detalhes dos caramanchões das entradas da Visconde e da Castro Alves serão iguais aos da R. Cap. Gustavo.
Arborização	Projeto em estudo. Arborização atual será conservada
Conservação da nascente	Conservação da nascente
Rampa de acesso para deficientes	_____
Lixeiras	Lixeiras
Banheiros e bebedouros	_____
Trocar pedrisco por piso fixo	Piso fixo
Campo de futebol	Campo de futebol
Quadras esportivas	Quadras: 1 polivalente, 3 de vôlei e 4 de tênis
Anfiteatro	Anfiteatro
Restauração e conservação dos brinquedos	“Play ground”1 e “playground”2
Equipamentos para exercícios físicos	Equipamentos para ginástica
Quiosque	_____
Pistas de patinação e “skate”	_____
Ciclovía	Área de bicicros com 10 bicicletários
Mesas e bancos premoldados para jogos	Mesas de ping-pong e xadrex
_____	Área de apoio ao Horto Municipal com espaço para venda de plantas
Espaço para reuniões da comunidade, exposições e biblioteca	Área de administração com espaço de apoio ao Proparque e à federação de tênis
_____	Área de convivência com mesas de pic-nic, churrasqueiras e pias para lavar as mãos

FONTE: Arquivo do Proparque e Arquivo da SER II, Prefeitura Municipal de Fortaleza.

8 – Considerações Finais e Recomendações

Por exigência de sua reprodução biológica e social, o home desenvolve atividades econômicas com as quais garante a si e a seus semelhantes as condições de vida pessoal e da comunidade. De atividades produtivas simples às mais complexas, todas trazem conseqüências para o meio ambiente global como fornecedor de insumos e recipiente dos efluentes de diversas naturezas.

Cada subsistência do sistema global tem suas capacidades de absorção e resiliência que, extrapoladas, exigem medidas corretivas, com vistas a restabelecer o equilíbrio original ou manter o desequilíbrio em níveis aceitáveis. Os estudos dos subsistemas e de suas inter-relações nem sempre chegaram a conclusões definitivas, que permitam seu seguro gerenciamento. Dessa forma as repercussões sinérgicas de seu funcionamento ainda desconhecidas no seu todo. Esta limitação do conhecimento humano recomenda prudência no uso dos recursos naturais do globo, como diz, explicitamente a CMMAD em seu documento *Nosso Futuro Comum* (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991).

O conhecimento acumulado já demonstrou suficientemente que é suicídio prosseguir usando estratégias que ignoram as conclusões da termodinâmica segundo as quais, na natureza, (a) o estoque total de energia permanece inalterado, porém sofre mutações; e (b) tende continuamente a diminuir o volume de energia disponível para se transformar em trabalho. Portanto, é nestas leis de conservação e da entropia que as atividades econômicas encontram seu limite de expansão. Em outras palavras: a barreira ao crescimento econômico está na ecossfera, não no mercado, nas preferências individuais ou na determinação dos planejadores. Sob pena de o sistema Terra não suportar o volume de resíduos gerados pela economia e não mais neutralizar os impactos decorrentes da ação do homem.

Na terra tudo está interligado. Dessa forma, o crescimento populacional e as opções econômicas geraram cidades cada vez mais gigantes e concentraram número exponencial de indústrias e serviços necessários à sobrevivência humana com o nível de qualidade considerado aceitável. As cidades surgiram como solução para as dificuldades individuais e coletivas de sobrevivência. Mas seu gigantismo acarreta, hoje, problemas antes inimagináveis. A devastação de amplos espaços naturais é um deles.

Motivada por diferentes fatores, a população dá-se conta da necessidade de preservar nas cidades espaços para contato com a natureza, de convivência das pessoas, de práticas esportivas destinadas a manter ou recuperar o equilíbrio físico e mental. Os parques urbanos são exemplos desses ambientes. Em Fortaleza, 23 áreas públicas são classificadas pela prefeitura municipal como parques. Nem sempre bem conservados, geralmente depredados e a cada dia agredidos pela ação do homem.

O Parque Rio Branco é hoje o que resta de um ambiente anteriormente dominado por vegetação e fauna diversificadas e dotado de terreno fértil do qual brotavam olhos d'água que geravam pequenos rios. A depredação ambiental nele ocorrida decorre basicamente da indústria da construção das moradias e equipamentos urbanos. Verificam-se aqui, em dimensão microscópica, os mesmos problemas constatados no sistema Terra:

- A intensidade das atividades econômicas não respeita a capacidade de suporte nem de resiliência do ambiente original;
- O espaço construído se torna a cada dia mais agressivo ao homem, sendo, a um só tempo, causa e efeito de relações humanas que impulsionaram o

individualismo, a atomização pessoal. Apesar (e por causa) disso, emergiu da população um Movimento cuja finalidade é reverter este quadro;

- A recuperação da paisagem original difícil e onerosa; a saída é a conciliação do que resta do sistema natural com as exigências atuais de uma população que reclama espaços para o lazer e a convivência;
- O avanço de um processo de desertificação ou, no mínimo, de grave depredação ambiental. Fator decisivo para tal quadro é a migração que aumenta a população do município e pode tornar-se causa para o crescimento do antropismo e da degradação ambiental, motivados especialmente pela construção civil em um processo descontrolado de urbanização; e
- A concentração das oportunidades de emprego, serviços e infra-estrutura urbana em Fortaleza gera, a um só tempo, o adensamento da população e os problemas dela decorrentes, como já verificado em megacidades mundiais.

Pessoas do povo dão-se conta de que Fortaleza caminha para um quadro de crescente mal-estar. Porém percebem que ainda há chance de reverter esse processo. Outras às vezes sentem-se impotentes nos seus campos de atuação, seja no parlamento, em entidades oficiais, privadas ou não-governamentais, apesar de detentoras de saber científico a fundamentar uma visão mais abrangente do estágio de desenvolvimento da cidade. Espaços como o Movimento Proparque são instâncias onde esses grupos cidadãos juntam esforços para resgatar uma cidade na qual se viva sem temor, mas com prazer.

Os obstáculos a vencer são muitos. Dentre estes, destacam-se: (a) a centralização do poder de decisão, no município, em instâncias ainda não suficientemente abertas ao diálogo direto com a população. Entretanto, são grupos que se auto-adjetivam democratas; (b) o baixo nível de educação ambiental nos segmentos populares – daí a adesão de poucas pessoas como agentes ativos da campanha do movimento, apesar de aprová-lo em tese. Mas este interesse difuso já foi suficiente para a obtenção de apoio às manifestações com a presença física, com a aposição de assinaturas e abaixo-assinados, com entrevistas a jornais, televisões ou programas de rádio e com a remessa de cartas para o prefeito, dentre outros gestos de simpatia.

Do ponto de vista imediato da campanha, a implementação do projeto do Parque Ecológico Rio Branco, como está, representaria ganhos e perdas para o Movimento Proparque. O ganho principal seria o término da urbanização, objetivo imediato do Movimento, com o que se obteria melhor qualidade de vida para a cidade. Eis os êxitos secundários: inclusão de itens do Movimento solicitados pela população como a preservação da nascente do rio, área para bicicletas, lixeiras, quadra poliesportiva, campo de futebol, quadras de vôlei, substituição do piso nas caminhadas existentes, anfiteatro, salão para reuniões da comunidade, equipamentos de ginástica, dentre outros.

As perdas seriam: a permanência do entulho colocado no parque, que o projeto conserva como “alicerce” para os “platôs” ou “praças” de entrada pela Visconde do Rio Branco e pela R. Castro Alves; a conservação de três das quatro quadras de tênis previstas desde o projeto original – por configurarem privatização do espaço público em favor de uma elite reunida na Federação Cearense de Tênis, encarregada de administrar aquele espaço, conforme declaração do então secretário da SER II na referida Audiência Pública.

Há entre as pessoas envolvidas diretamente na campanha do Proparque, populares e técnicos apoiadores um sentimento de frustração frente ao esforço empreendido e as respostas evasivas do poder público. Constata-se a ausência de políticas públicas no âmbito do meio ambiente a orientar a administração municipal, do que decorrem a falta de prevenção, as agressões consentidas e a ausência de medidas corretivas até em um caso simples como o do Parque Ecológico Rio Branco. No entanto, tais políticas em âmbito local são urgentes e indispensáveis para que se alcance no plano global a conciliação entre atividades econômicas e meio ambiente.

A análise desta experiência particular deixa clara a necessidade de os administradores municipais adotarem políticas públicas que levem e conta os impactos da urbanização e das atividades econômicas sobre ecossistemas frágeis como o do Parque Ecológico Rio Branco, hoje muito depredado, porém de possível recuperação, em parte, com poucos gastos e investimento no reflorestamento com espécies nativas. Neste processo, indispensável é a audiência aos anseios populares e a resposta às reivindicações, num diálogo que só enriquece as partes e que manifestará que a democracia está-se arraigando em uma nova cultura política.

O Movimento em Prol do Parque Rio Branco (Proparque) demonstrou capacidade de mobilização e já comemora algumas conquistas, porém muito teria a ganhar caso melhor se capacitasse para influir de modo mais eficaz no processo decisório em nível municipal e estadual. O estreitamento de parcerias com instituições públicas e com organizações não-governamentais similares certamente redundará em intercâmbio de experiências que robustecerão uma prática cujo início contabiliza êxitos, embora parciais.

A insistência do Movimento em atividades de cunho não somente reivindicatório, mas também educativo parece ser a estratégia mais recomendável, em uma perspectiva de longo prazo. De tal diretriz poder-se-ia esperar a urbanização do Parque Ecológico Rio Branco, graças à adesão de maior número de pessoas que assumam a campanha como algo de seu interesse pessoal e com a consciência de que aquele logradouro, a cidade e o planeta Terra constituem nossa verdadeira casa. E de que os componentes minerais, vegetais e animais da natureza têm valor em si e em relação aos homens.

8 – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BANCO DO NORDESTE. **Manual de impactos ambientais**. Fortaleza, 1999.
- BARRADAS, Manoel do Nascimento. **Desenvolvimento sustentável: em busca da operacionalização**. Fortaleza: Programa Editorial da Casa de José de Alencar, 1999. 148 p.
- BECKER, Bertha K. A Amazônia Pós-ECO 92: por um desenvolvimento regional responsável. In: BURSZTYN, Marcel (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 129-143.
- BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1988.
- BRÜSEKE, Franz Josef. Para uma teoria não-linear e pluridimensional do desenvolvimento. In: VIEIRA, Paulo Freire, MAIMON, Dália (Org.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: APED, 1993. p. 189-216.
- BUARQUE, Cristovam. O pensamento em um terceiro mundo. In: BURSZTYN, Marcel (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 57-82.
- BURSZTYN, Marcel (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. 164 p.
- CANEVACCI, Maximo. **A cidade polifônica**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- CAVALCANTI, Clóvis. Condicionantes biofísicos da economia e suas implicações quanto a noção de desenvolvimento sustentável. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro, REYDON, Philip, LEONARDI, Maria

- Lúcia Azevedo (Org.). **Economia do meio ambiente: teoria, políticas e gestão do espaço regional**. Campinas: Unicamp, 1996. p. 61-80.
- _____. Em busca da compatibilização entre a ciência da economia e a ecologia: bases da economia ecológica. In: VIEIRA, Paulo Freire, MAIMON, Dália (Org.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: APED, 1993. p. 79-93.
- CEARÁ. Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará. **Diagnóstico ambiental do Ceará**. Fortaleza, 1991.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.
- COSTA, Ademir da Silva. Fatores diversos transformam Fortaleza em uma “ilha de calor”. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 8 nov. 1999. p. 12
- COSTA, Maria Clélia Lustosa da. **Do higienismo ao ecologismo: os discursos do espaço urbano**. In: SILVA, José Borzacchiello da (Org.). **A cidade e o urban : temas para reflexões**. Fortaleza: EDUFC, 1997. p. 153-161.
- DIVULGADA suspensão da venda do 10º GAC. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 nov. 1999. p. 10.
- DOWBOR, Ladislau. Descentralização e meio ambiente. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 103-112.
- FESTA DA VIDA em prol da conclusão do Parque Rio Branco. **Diário d Nordeste**, Fortaleza, 12 jun. 2000. p. 10.
- FONTENELE, Raimundo Eduardo. Valoração do meio ambiente. **Pesquisa e Debate**, v. 9, n. 2, p. 105-138, 1998.

- FORTALEZA. Câmara Municipal. **Lei orgânica do município de Fortaleza**. 3. ed. Fortaleza, 1995.
- FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Fortaleza: administração Lúcio Alcântara – março 1979-março 1982**. Fortaleza, 1982.
- _____. **Fortaleza em números**. Fortaleza, 1990.
- _____. Lei nº 7061 de 16 de janeiro de 1992. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza – PDDU-FOR – e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, 20 jan. 1992, Suplemento ao n. 9788, p. 1-15.
- _____. Lei nº 7893 de 02 de maio de 1996. Dispõe sobre a ocupação da zona especial área de preservação, instituída pela Lei 7061, de 16 de janeiro de 1992, PDDU-FOR, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, 22 maio 1996, Suplemento nº 9788, p. 1.
- FORTALEZA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. **Relatório técnico de inspeção ao Parque Ecológico Rio Branco**. Fortaleza, 1997.
- _____. **Relatório técnico**. Fortaleza, [199-].
- FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL CEARENSE SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Diagnóstico sócio-ambiental do Estado do Ceará: o olhar da sociedade civil**. Fortaleza: BNB, 1993. 200 p.
- GEIGER, Pedro P. Geografia e desenvolvimento regional e urbano. In: SILVA, José Borzacchiolo da (Org). **A cidade e o urbano: temas para reflexões**. Fortaleza: EDUFC, 1997. p. 9-23.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Nos meandros de algumas políticas para o meio ambiente urbano. In: SILVA, José Borzacchiolo da (Org). **A cidade e o urbano: temas para reflexões**. Fortaleza: EDUFC, 1997. p. 171-186.

MARGULIS, Sérgio. **Meio ambiente**: aspectos técnicos e econômicos. 2. ed. Brasília: IPEA, 1996. 238 p.

MARQUES, João Fernando, COMUNE, Antonio Evaldo. A teoria neoclássica e a valoração ambiental. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro, REYDON, Philip, LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo (Org.). **Economia do meio ambiente**: teoria, políticas e gestão do espaço regional. Campinas: Unicamp, 1996. p. 21-51.

HENDERSON, Hazel. **Transcendendo a economia**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1999. 280 p.

IBGE. **Contagem da população 1996**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.ibge.gov.br/estatísticas/populacao/contagem/cecont96.shtm>. Arquivo capturado em 4 set. 2000.

IPEA. **O Brasil na virada do milênio**: trajetória de crescimento e desafios do desenvolvimento. Brasília, 1997. 204 p. V. 2.

LEFF, Enrique. Sociologia y ambiente: sobre el concepto de racionalidade ambiental y las transformaciones del conocimiento. In: VIEIRA, Paulo Freire, MAIMON, Dália (Org.). **As ciências sociais e a questão ambiental**: rumo à interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: APED, 1993. p. 95-130.

LEMENHE, José Antonio O. P. Paisagem urbana e utopias. In: SILVA, José Borzacchiolo da (Org.). **A cidade e o urbano**: temas para reflexões. Fortaleza: EDUFC, 1997. p. 163-185.

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. Educação ambiental e teorias econômicas: primeiras aproximações. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro, REYDON, Philip, LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo (Org.). **Economia do meio ambiente**: teoria, políticas e gestão do espaço regional. Campinas: Unicamp, 1996. p. 241-264.

- LOPES, Marciano. **Mansões, solares e bangalôs de Fortaleza**. Fortaleza: ABC, 2000.
- MAIMON, Dália. A economia e a problemática ambiental. In: VIEIRA, Paulo Freire, MAIMON, Dália (Org.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: APED, 1993. p. 45-77.
- MARQUES, José Fernando, COMUNE, Antonio Evaldo. A teoria neoclássica e a valorização ambiental. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro, REYDON, Philip, LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo (Org.). **Economia do meio ambiente: teoria, políticas e gestão do espaço regional**. Campinas: Unicamp, 1996. p. 21-42.
- MAY, Peter Herman. Avaliação integrada da economia do meio ambiente: propostas conceituais e metodológicas. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro, REYDON, Philip, LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo (Org.). **Economia do meio ambiente: teoria, políticas e gestão do espaço regional**. Campinas: Unicamp, 1996. p. 53-80.
- MENDES, Armando Dias. Breve itinerário dos ecossistemas à eco poesia. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 11-27.
- MERICO, Luiz Fernando Krieger. **Introdução à economia ecológica**. Blumenau: FURB, 1996. 160 p.
- PITAUDI, Silvana Maria. A cidade e o cotidiano imaginário. In: SILVA, José Borzacchiolo da (Org.). **A cidade e o urbano: temas para reflexões**. Fortaleza: EDUFC, 1997. p. 213-220.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Meio ambiente urbano: algumas proposições metodológicas sobre a problemática ambiental. In: SILVA, José

- Borzacchiolo da (Org). **A cidade e o urbano**: temas para reflexões. Fortaleza: EDUFC, 1997. p. 139-152.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro, REYDON, Philip, LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo (Org.). **Economia do meio ambiente**: teoria, políticas e gestão do espaço regional. Campinas: Unicamp, 1996. 384 p.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.
- SILVA, José Borzacchiolo da (Org). **A cidade e o urbano**: temas para reflexões. Fortaleza: EDUFC, 1997. 318 p.
- SIMONETTI, Eliana. Favelões urbanos. **Veja**, n. 1.608, p. 70-75, jul. de 1999.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Dois séculos de pensamento sobre as cidades. In: SILVA, José Borzacchiolo da (Org). **A cidade e o urbano**: temas para reflexões. Fortaleza: EDUFC, 1997. p. 69-84.
- VIANA, Manoel Osório Lima, RODRIGUES, Maria Ivoneide Vital. Um índice interdisciplinar de propensão à desertificação (IP): instrumento de planejamento. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 3, p. 164-194, jul.-set. 1999.
- VIEIRA, Paulo Freire, MAIMON, Dália (Org.). **As ciências sociais e a questão ambiental**: rumo à interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: APED, 1993. 298 p.

ENTREVISTAS

Francisco Costa Nogueira, 78 anos, morador do bairro Joaquim Távora há 70 anos, atualmente residindo na R. Pe. Antonino, 1072.

José Maia Ferreira da Silva, 52 anos, há 35 morando no bairro, mora na R. Castro Alves, 155.

Salvino Vieira da Silva, 65 anos, residiu no bairro 42 anos, hoje morando na R. Boa Esperança, 92, Lagamar.

Francisco Eufrásio da Silva, 86 anos, vive no Joaquim Távora há 67 anos, reside na R. Capitão Gustavo, 3249.

Francisco Marques da Silva (Camboa), 83 anos, morador do bairro há 53 anos, residência atual na R. Capitão Gustavo, 3469.

Maria José Lima da Silva, 64 anos, reside no Joaquim Távora há 61 anos e atualmente, na R. Capitão Gustavo, Vila Santos, Casa 25.

Josefa Maria da Conceição, 76 anos, morou no bairro por 32 anos e atualmente fixou residência no Conjunto Curió, R. Hilza Pontes, 1827

9. ANEXOS

ANEXO 1 FORMULÁRIO USADO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES NAS ENTREVISTAS

1 . Dados Pessoais

Nome _____

Endereço _____

Idade _____ Origem _____

Estado Civil _____ No Bairro desde _____

Portanto há _____ anos.

Filhos _____

2. Árvores existentes:

3. Pássaros:

4. Animais Silvestres:

5. Riachos e Lagoas:

6. Início da habitação:

7. Informações sobre aberturas de ruas e urbanização:

ANEXO 2

RECORTES DE JORNAIS

Entidades reivindicam urbanização do Rio Branco

Entulhos de lixo e fossa estourada misturam-se à beleza do Parque Rio Branco. Manifestantes solicitam agilidade na urbanização ■

O Proparque e algumas entidades de Fortaleza realizaram manifestação ontem pela manhã no Parque Rio Branco para pedir preservação e agilização no projeto de urbanização do espaço público de lazer. "Grito Pela Vida" foi o nome dado ao movimento. O parque está localizado na avenida Pontes Vieira. Atualmente apenas 30% do espaço está urbanizado. A área restante, ou está abandonada ou ocupada por casebres e casas de alvenaria construídas indevidamente.

Entulhos de lixo, fossas estouradas e a possível contaminação do lençol freático da nascente do rio Branco também fazem parte do cenário do parque. A área urbanizada, formada por um parque de diversão, um campo de futebol e um caminho de pedras para o trânsito de coopistas, além de bancos para descanso, tem sido a opção encontrada pelos frequentadores.

Jorge Melo, integrante do Proparque, disse que há urgência na agilização do projeto de urbanização. Ele acredita que as cerca de 350 mil pessoas beneficiadas com o espaço de lazer já urbanizado do parque podem aumentar consideravelmente após a conclusão da obra.

A segurança dos frequentadores também tem sido outra das reivindicações. "Queremos mais segurança, se possível 24 horas. Um cabine com policiamento é fundamental para evitar a marginalização e o depedramento do parque", acredita. Os membros do Proparque também estão querendo saber qual o prazo para



■ Ponte do Parque Rio Branco

o reinício e conclusão das obras de recuperação do parque.

Em novembro do ano passado, a entidade enviou à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial (SMDT) um abaixo-assinado solicitando a conclusão do Rio Branco.

O responsável pela Secretaria Regional II, Eliseu Becco, que também compareceu à manifestação, afirmou que o Parque Rio Branco por fazer parte de uma Área de Preservação Ambiental (APA) e ter recursos hídricos que cortam o local, está enquadrado em lei especial que garante a impermeabilização de alguns espaços. Por conta disso, alegou que o projeto tem que ser bem estudado antes de ser executado.

Ele garantiu que os entulhos de lixo serão retirados e os "invasores" indenizados para saíam do local.

Urbanização do Parque Rio Branco solicitada ao prefeito

Na próxima quarta-feira a Prefeitura de Fortaleza vai dar uma resposta à reivindicação de urbanização do Parque Ecológico Rio Branco. Este foi o compromisso do chefe de gabinete do prefeito perante o Movimento em prol do Parque Rio Branco (Proparque) que entregou dia 9 à administração municipal abaixo-assinado com mais de 1.000 assinaturas, solicitando o término da urbanização do parque. O documento foi firmado predominantemente pelos moradores dos bairros Joaquim Távora, Pio XII e de Fátima, porém pessoas de outros bairros também subscreveram a reivindicação. Junto com o abaixo-assinado, foram entregues uma lista de equipamentos que a população sugere sejam incorporados ao parque, recortes de jornais contendo denúncias de depredação daquele patrimônio e documentos de apoio à reivindicação.

Como o prefeito Antonio Cambrá não estava presente para conceder audiência, a comissão protocolou com o nº 1051 o abaixo-assinado e anexos, entregando o processo ao chefe de gabinete, Mário Sérgio Lima Rodrigues. Este comprometeu-se a apresentar as reivindicações ao prefeito na próxima audiência em que ele receber o presidente da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb), Stênio Teixeira. Para o chefe de gabinete, o atendimento do pleito depende de disponibilidade da verba orçamentária e da decisão pessoal do prefeito, respeitados os aspectos técnicos do projeto. Mário Sérgio disse que a urbanização solicitada é obra irreversível, por se tratar de área de preservação destinada a um parque urbano. Ele ficou de dar um retorno à comissão na próxima quarta-feira.

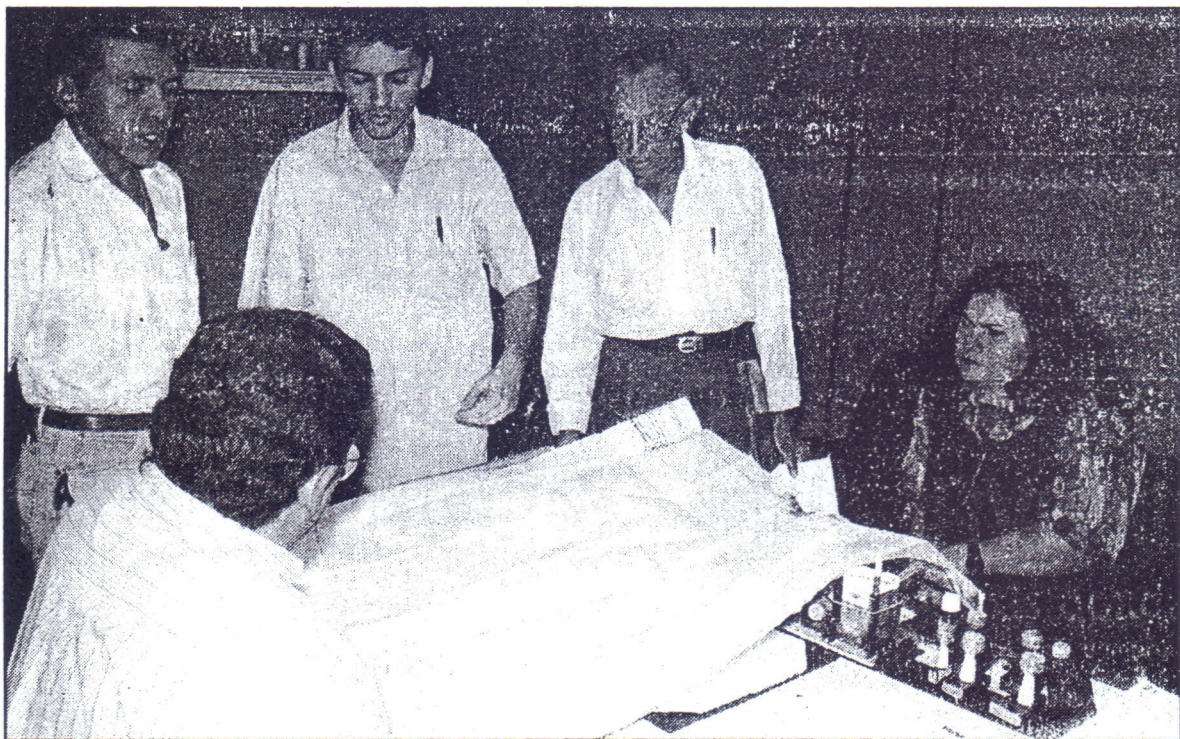
O Parque Ecológico Rio Branco beneficiará 350 mil pessoas, segundo a justificativa do projeto

aprovado pela Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará (Semace), e ocupará uma área de 13,31 hectares, na confluência das avenidas Pontes Vieira e Visconde do Rio Branco. Menos de um quarto da área foi desapropriada e está urbanizada, mas é grande o número de pessoas que diariamente dirigem-se ao parque para praticar exercícios. Pelo abaixo-assinado, os usuários e demais moradores exigem a conclusão do parque, continuando as obras pela entrada da rua Castro Alves, hoje depósito de lixo.

A comissão do Proparque explicou ao chefe de gabinete que a colocação de entulhos nos terrenos do parque começou em 1994 e que denunciaram repetidas vezes essa irregularidade à Semace, Emlurb e Secretaria do Controle Urbano e Meio Ambiente. Dessas gestões resultou a retirada de parte dos entulhos, mas só a urbanização da entrada do parque pela confluência das ruas João Cordeiro e Castro Alves eliminará em definitivo aquele depósito de lixo. Por outro lado, pediram a fiscalização rigorosa de construções irregulares e das ligações de fossas a galerias pluviais que levam poluição para o parque.

O anexo entregue a Mário Sérgio contém sugestões para que no projeto do parque a prefeitura inclua ciclovias, mesas de alvenaria para jogos, pistas para patins, cabine policial e reflorestamento, além de rampa para acesso de deficientes, campos de futebol e dentre outras. Essas sugestões foram colocadas em urnas pelas cerca de 300 pessoas presentes ao ato-show "Grite pelo Parque, Grite pela Vida!", realizado em maio, no parque. Francisco Costa Nogueira, Maria José Holanda e Jorge Luís Eleutério formaram a comissão que levou o abaixo-assinado ao prefeito.

Stênio Saraiva



Comissão do Movimento em Prol do Parque Rio Branco esteve no gabinete do prefeito para fazer reivindicação

COMUNICADO

Fortaleza, Ceará - Sexta-feira, 15 de agosto de 1997

Fumacê

Moradores do bairro Joaquim Távora estão sofrendo com a queima de detritos em terreno destinado a um estacionamento, conforme o projeto de urbanização do Parque Rio Branco. A fumaça comeu solta nos últimos dias. No local, trabalhadores informaram que o proprietário vai cimentar a área. A Secretaria Executiva Regional 2 garantiu que sustará a obra, se houver irregularidades. Como o terreno será desapropriado por interesse social, uma construção ali significa majoração do preço na hora da desapropriação.

Parque Rio Branco será urbanizado

Eliseu Becco garante conclusão da obra até final da atual gestão

O Parque Rio Branco vai receber equipamentos para musculação semelhantes aos existentes na Beira-Mar. Simultaneamente, a Secretaria Regional 2 realizará serviços de manutenção. Para isso, foi iniciado processo de licitação, quinta-feira passada. As informações foram prestadas pelo secretário regional Eliseu Becco, ao receber em audiência uma comissão de representantes do Movimento em Pro do Parque Rio Branco, na última sexta-feira.

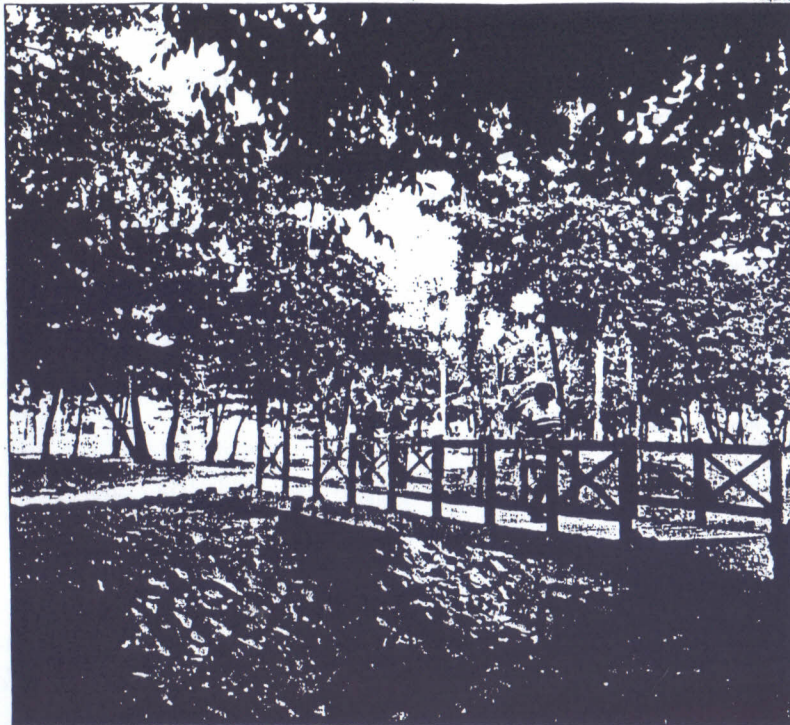
Conforme o secretário, aquele parque foi incluído no plano plurianual da prefeitura, para conclusão até o final do presente mandato do prefeito Juraci Magalhães. Como a prefeitura não dispõe de verbas suficientes, o projeto de urbanização será levado ao Ministério do Meio Ambiente para posterior captação de recursos financeiros. Eliseu Becco disse que há a possibilidade de serem conseguidas as verbas, pois o ministro Gustavo Krause já disse que vai ajudar a cidade de Fortaleza.

O secretário não anunciou a retirada dos entulhos colocados em terrenos do parque por particulares. Estas agressões foram cometidas pelos proprietários dos terrenos (ou com o consentimento destes) no ano de 1994, na futura entrada pela Av. Rio Branco (onde hoje funciona uma oficina mecânica), e no ano de 1995, na entrada pela Rua Castro Alves. Nos dois casos a então Secretaria de Planejamento Territorial e Urbano (Splan) recebeu denúncias dos moradores da própria área.

TIROS - Eliseu Becco comprometeu-se a fechar novamente o muro erguido pela prefeitura (e derubado por populares) na confluência das ruas João Cordeiro e Castro Alves, por onde pessoas entram e colocam lixo no parque. Antes dessa providência, haverá a aplicação de veneno contra os ratos que ali proliferam com facilidade. Francisco Nogueira e Maria José Holanda ficaram muito satisfeitos com as medidas anunciadas e esperam que as obras comecem logo, como anunciado.

Dayse Pontes de Amorim ficou desapontada porque não há data de desapropriação e ela quer sair o quanto antes de sua casa localizada no meio do parque. Inicialmente ela não queria sair de sua casa, mas agora sente-se incomodada com a presença de maconheiros e até com tiros de policiais contra bandidos, ao redor de sua casa, como já aconteceu por mais de uma vez.

Os moradores do bairro Joaquim Távora reunidos no Proparque Rio Branco fazem gestões junto à prefeitura desde 1995, para que a área seja urbanizada conforme projeto elaborado pela Emlurb e aprovado pelo prefeito Juraci Magalhães em sua primeira administração, em 1992, quando ele assinou o projeto de desapropriação



O local contará ainda com equipamentos de musculação semelhantes aos existentes na Beira-Mar

da área (Decreto 8960, de 06.11.92, publicado no Diário Oficial do Município em 16.11.92).

REPARAÇÃO DE DANOS - As medidas agora anunciadas pelo secretário são uma resposta às reivindicações dos moradores. Em novembro passado, o Proparque entregou à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SMDT) e à SER 2, cópias de abaixo assinado entregue ao prefeito Antonio Cambráia (em 1996), de ofícios e protocolos firmados na Splan denunciando abusos cometidos entre 1994 e 1997 e de matérias veiculadas nos principais jornais de Fortaleza sobre o abandono do parque pela prefeitura municipal.

As iniciativas de populares pela urbanização do parque começaram de forma isolada, em 1994.

Denunciaram a colocação de entulhos na área destinada ao parque e sua ocupação por famílias carentes. Denunciaram também as construções de casas que sufocam a nascente de um dos rios que cortam o parque - rio cujo leito foi desviado pelos entulhos despejados na entrada da Rua Castro Alves.

Na época, a prefeitura não coibiu a agressão. E até agora não tomou medidas previstas em lei para que os autores desses delitos retraiam o entulho. A própria prefeitura poderia retirar o entulho e cobrar as despesas aos proprietários dos terrenos, respaldada em seu poder de polícia. O movimento Proparque estuda medidas a serem tomadas para a reparação dos danos ao meio ambiente.

Convite: Convidamos V.Sa. para a reunião, que realizará-se à no dia 10/02/98, sábado próximo, às 17:00 horas. Juntos vamos planejar o grande evento dentro da campanha:

**GRITE PELO PARQUE!
GRITE PELA VIDA!**

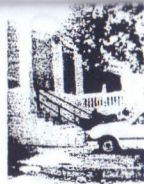
Apoio:

SERGIO NOVAIS

7/2/98

Eleitos da Seca

O Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos (IMPARH) promove amanhã, 2, às 8h30min, no auditório da biblioteca da Unifor, o V Fórum Permanente de Assuntos Municipais, com o tema "A Seca, o Meio Ambiente e a Paisagem Humana". O secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, Laudo Bernardes, será o palestrante. O debate faz parte do calendário da Prefeitura de Fortaleza em comemoração à Semana do Meio Ambiente. O evento tem o apoio da Unifor e do DNOCS.



IMPARH

Parcerias no Turismo

"Parcerias Criando Elos no Desenvolvimento do Turismo" será o tema da palestra a ser proferida hoje, 1º de junho, no Sheraton Hotel, Rio de Janeiro, pela secretária do Turismo do Estado do Ceará, arquiteta Anya Ribeiro de Carvalho. A apresentação faz parte da programação do evento TourinveSt/98 que acontece até quarta-feira, 3, com a participação de mais de 50 especialistas dos setores. O evento é uma organização da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Sindicato das Indústrias da Construção Civil, Associação das Agências de Viagem (ABAV) entre outros.



Detran

Licenciamento de Carros

O prazo para licenciamento dos veículos com placa de final 4 foi prorrogado até amanhã, 2. A taxa, no valor de R\$ 29,40 pode ser paga nas agências do BEC, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Os proprietários de veículos que ainda não receberam o extrato do licenciamento devem entrar em contato com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran-CE), através do Tele-Detran, telefone: 298-1514 ou 296-3211. Para ter direito a esse serviço é necessário estar com a documentação em dia, inclusive o IPVA.

■ ECOLOGIA

Parque Rio Branco festeja a vida

Objetivo dos organizadores foi despertar a consciência de entidades e comunidade para a preservação do local

Com o tema "A Festa da Vida", os organizadores do movimento em prol do Parque Rio Branco (Parque), situado na Avenida Pontes Vieira, promoveram durante a manhã de ontem várias atividades no local voltadas ao meio ambiente. Para isso foram convidados órgãos como a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Semace, o Corpo de Bombeiros e o Iprede. Entre as atrações estavam a apresentação de teatro de bonecos, oficina sobre água, peça de teatro e a demonstração pelos bombeiros de como evitar incêndio com botijão de gás. Os participantes, entre crianças, jovens e adultos, puderam ainda participar da oficina de biodança.

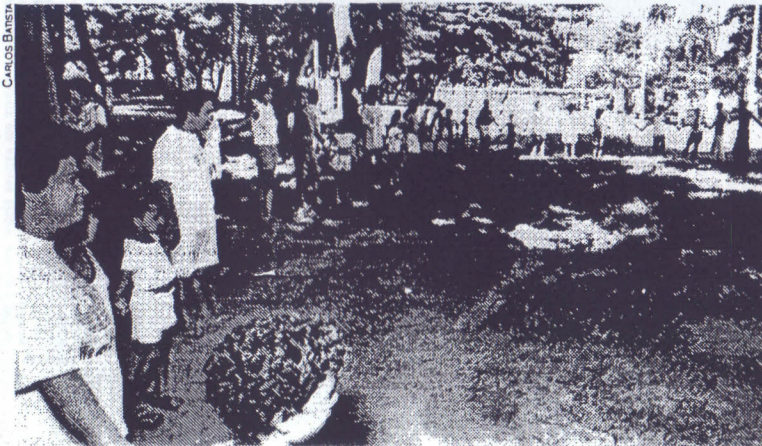
Segundo Luiza Vaz Costa, integrante do movimento, a ação teve a ideia de reunir entidades que estão ligadas diretamente com a luta pela

vida para ressaltar a importância do Parque à toda comunidade. "Estamos aqui festejando um local saudável como esse que são poucos os bairros que têm, mas estamos também aproveitando a oportunidade para denunciar o descomprometimento das autoridades em concluir o projeto do Parque. O problema aqui não é a parte arborizada mas a ampliação do Parque", desabafa. Luiza ressalta que entre as iniciativas do projeto que ainda não começaram estão a construção do anfiteatro e de quadras esportivas.

Aproveitando o evento a Semace iniciou a Semana do Meio Ambiente no Ceará, a ser comemorada até o dia sete, data da celebração mundial ao meio ambiente. Na ocasião o órgão distribuiu ao público folhetos explicativos, a programação das festividades e também realizou

a oficina de reciclagem de papel. De acordo com os técnicos do órgão responsáveis pelo stand, as atividades realizadas ontem e durante essa semana visam a promoção de uma consciência crítica da população sobre a natureza. Eles acreditam que só assim o indivíduo poderá mudar seus hábitos prejudiciais ao meio ambiente resultando na sua valorização.

Para hoje está prevista, às 14h 30min, a entrega oficial do Programa de Educação Ambiental do Ceará - Peace, no auditório da Semace. Depois do evento acontece uma blitz de fiscalização da fumaça negra nas ruas de Fortaleza. Outras atividades estão programadas para toda a semana, como a exposição de trabalhos da própria instituição, da Fundação Netuno, da Cepema, Sorel, Sindverde e Sebrae. Elas acontecem no Shopping Iguatemi.



PROGRAMAÇÃO

Crianças, jovens e adultos participam de atividades voltadas ao meio ambiente além de oficinas de biodança

Curso

Inscrições para Extensão em Jornalismo

O 9º. Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado, destinado a estudantes universitários no último ano e àqueles que concluíram entre 96 a 97, será realizado em São Paulo no segundo semestre.

As inscrições podem ser feitas até 6 de julho com o candidato enviando, por fax ou correio, ficha que está sendo publicada pelos jornais do Grupo Estado/Jornal da Tarde, promotores. O endereço é: Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55 - CEP 02598 - 900, São Paulo (SP), A/C Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado - FAX: (011) 856.2882 e fone: (011) 856.2187.

Trata-se de um programa de especialização universitária em jornalismo impresso objetivando o aperfeiçoamento de jovens profissionais em início de trabalho nas redações. O programa existe desde 1990 e é reconhecido pela Universidade Navarra do País Basco (Espanha) como extensão universitária. A duração do curso é de três meses, sendo que os jovens selecionados assistem às aulas pela manhã e passam o resto do dia na redação. Ao final, os profissionais passam a fazer parte do Banco Estado de Talentos e são colocados à disposição do mercado de trabalho.

A expectativa dos organizadores é de cerca de 1.000 candidatos procedentes de vários Estados do País, os quais devem se reunir no próximo dia 2 de agosto para prova escrita no campus Vergueiro da Unip, em São Paulo.

A prova terá questões de conhecimentos gerais, atualidades e um texto jornalístico, o qual deverá ser redigido a partir de informações fornecidas pela própria prova. Depois dessa etapa, 60 candidatos serão pré-classificados para se submeterem a entrevistas pessoais, dias 11, 12 e 13 de agosto.

Festa da Vida abre Semana do Meio Ambiente

Várias entidades e instituições realizaram atividades voltadas para preservação ecológica

A Festa da Vida, realizada durante todo o dia de ontem no Parque Rio Branco, abriu a Semana do Meio Ambiente, que transcorre até o dia 5. Participaram do evento organizações governamentais e não-governamentais, tais como Semace, Ibama, Escola Técnica Federal do Ceará, entre outros, realizando diversas atividades voltadas para a preservação do meio-ambiente e conscientização ecológica.

As atividades desenvolvidas no parque proporcionaram aos frequentadores do Rio Branco um dia agradável. As facilitadoras de biodança Fátima Mesquita e Margarida Furtado realizaram um trabalho de vivência com os participantes utilizando música e exercícios corporais.

A Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) apresentou ao público técnicas de reciclagem de papel, incentivando assim, principalmente, as crianças, o consumo do papel reciclado como uma forma de diminuir o desperdício de papel. A técnica é simples: basta utilizar papel usado e água. Bate o papel no liquidificador e depois coloca a papa obtida numa tela, para moldar o papel, colocando em seguida no sol.

Por um baixo custo e de fácil produção, a técnica chamou a atenção dos presentes, principalmente os pequenos que se revezavam ao lado a instrutora. Todos queriam aprender e levar um pedacinho do papel para casa.

A representante da Divisão de Educação Ambiental do Semace, Maria José de Holanda, informou que o papel reciclado tem várias utilidades, podendo ser usado para convites, cartões, em caixas de embalagens e outros, por se tratar de um papel resistente e barato, pois na sua confecção não é desenvolvido nenhum processo químico.

A Escola Técnica Federal do Ceará, através do seu curso de Química, esteve realizando exames de água a fim de saber se ela era potável e apresentando também informações sobre limpeza de caixas d'água. As pessoas levavam vasilhames com água e através de análise físico-química era observada a potabilidade do líquido. Um dos exames realizados, o do nitrato, é um dos grandes indicadores para constar a qualidade da água.

O Comitê de Combate ao Tabagismo estava também no parque, realizando sua campanha, além, no Dia Mundial de Combate ao Fumo. O presidente do Comitê, Teresa Barros Arrais, ofereceu uma palestra conscientizando a juventude sobre os malefícios que o cigarro apresenta. "A juventude é a nossa principal preocupação, pois é nela que as empresas tabagistas procuram conquistar através de suas propagandas", disse Teresa Barros ao informar que é nessa fase onde ocorre o consumo maior de cigarros. O Instituto de Prevenção à Desnutrição e Excepcionalidade (Iprede) estava no parque realizando uma campanha de higiene bucal.

PROGRAMAÇÃO — Até o próximo dia 07, a Semace, Fundação Netuno, Cepema, Sindverde e outras estarão expondo suas atividades no Shopping, onde às 14h30min haverá a entrega oficial do Programa de Educação Ambiental do Ceará no auditório da Semace.



As atividades desenvolvidas proporcionaram aos frequentadores um dia agradável, com biodança, brincadeiras e palestras.

Amanhã será realizado o discurso de abertura da Semana do Meio Ambiente, com a realização do painel sobre "Controle e Fiscalização do Meio Ambiente", de manhã e "Política Florestal do Ceará, o controle da poluição e degradação ambiental", à tarde.

Amanhã será realizada uma passeata ecológica, saindo às 8h30min da Praça General Eudoro Corrêa até o anfiteatro do Parque Ecológico do Cocó. Na quarta, as atividades comemorativas au-

Dia do Meio Ambiente acontecerá no área do Porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante. E na sexta, será a entrega do Parque Botânico do Ceará, em Caucaia. Neste dia haverá ainda, a partir das 16h30min, na Escola Técnica Federal do Ceará, uma feira ecológica com a participação das prefeituras de Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Beberibe, São Gonçalo do Amarante e Russas.

Mutirão

Alunos limpam escola no Papicu

Alunos, professores e pais de alunos da Escola de Ensino Fundamental Maria José Medeiros, no Papicu, fizeram um mutirão de limpeza, no último sábado, para tornar o ambiente da escola mais agradável e, ao mesmo tempo, estimular a participação dos estudantes numa atividade de valorização do patrimônio público.

Desse 1.670 alunos, 75 participaram do trabalho, acompanhados por 23 dos 40 professores da escola e cerca de dez pais de alunos. A diretora adjunta, professora Maria Tereza Milfont, explicou que a ideia surgiu a partir do trabalho do Conselho Escolar, que conta com a participação de 18 pessoas, entre professores, estudantes, funcionários e pais.

Como tem se tornado comum alunos drogados, armados e sujando a escola com pichações, essa foi uma das atividades programadas para elevar a estima e o respeito dentro da instituição, conforme informações da professora Tereza. "O mutirão não é só para a limpeza física, mas também para sensibilizar", afirma. E esse trabalho já parece dar bons frutos porque, segundo Tereza, os alunos já pediram que a atual direção permaneça na escola.

Além de podarem árvores, fazerem a capinação, lavarem as salas e fazerem o próprio almoço, os mutirantes arrecadaram dinheiro, através de uma rifa, para comprar jarras e plantas para a ornamentação da escola e fizeram cartazes para incentivar o hábito de limpeza entre os próprios estudantes. Como a escola vai passar, em breve, por uma reforma, eles não se preocuparam em pintar ou limpar as pichações de muros e salas de aula.

Antônio Adriano Ferreira Silva, de 17 anos, lembra que a escola estava muito suja e se sente orgulhoso do trabalho que está fazendo para ajudar a mantê-la limpa.

O professor de História e representante do Conselho Escolar, Paulo Sérgio Barros, explica que valores como limpeza, organização e respeito já vêm sendo estimulados há quatro meses, através do jornal "Colibri", que é feito com a participação dos professores e dos estudantes. "O que eles estão fazendo agora é uma vivência na prática".

Além da limpeza, o mutirão deu destaque ao almoço e meditação, com o apoio da Organização Não Governamental (ONG) de origem indiana Brahma Kumaris, que se baseia em valores éticos, morais e espirituais. A ideia, segundo a diretora adjunta, é fazer uma grande limpeza mental, física e espiritual.

Câmara realiza audiência no Parque Rio Branco

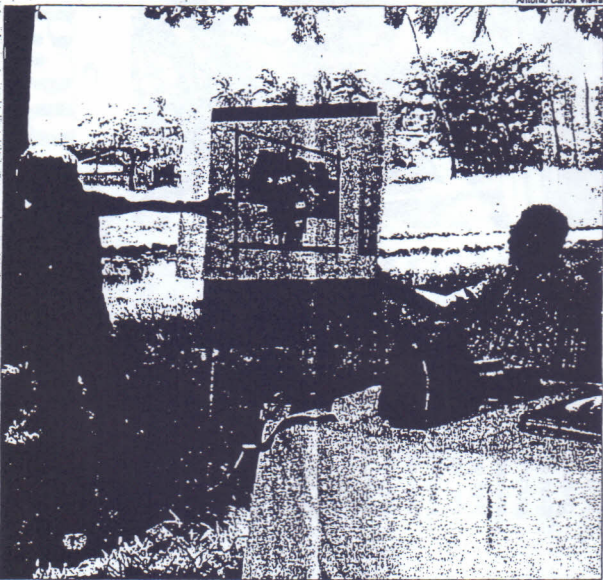
Representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs), representantes da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SMDT) e o secretário da Regional II (SER II), Eliete Becco, e o Instituto de Prevenção à Desnutrição e Excepcionalidade (Iprede) participaram, no último sábado, de uma audiência pública diferente. Em baixo das castanholas do Parque Rio Branco, eles falaram e ouviram as reivindicações dos moradores, motivados pelo Movimento Proparque, que defende essencialmente a conclusão das desapropriações e das obras de infra-estrutura, garantindo a urbanização e a preservação da área verde existente no local.

A iniciativa da Audiência Pública foi da liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara Municipal de Fortaleza, vereadores Luízianna Lins. "Nós tivemos a compreensão de que era muito frio fazer uma audiência para discutir o parque dentro de um lugar fechado", disse a vereadora, admitindo que teve a ideia após uma visita à área incentivada pelo Movimento Proparque. "Eu me encanto com o espaço e com as perspectivas que poderiam ser potencializadas, como a recuperação de uma fonte que atualmente está no quintal de uma casa".

De acordo com a vereadora, em segundo lugar a audiência incentivou o comprometimento da comunidade para que o projeto seja implantado de acordo com os anseios coletivos e não de acordo com interesses particulares. "Temos que compatibilizar obras necessárias com o gasto de dinheiro público", afirma.

DECEPÇÃO - O resultado da audiência, no entanto, deixou uma pontinha de decepção nos presentes, que esperavam vislumbrar a conclusão do projeto. A arquiteta Maria Clara Nogueira Paes, autora do projeto original, fez uma exposição do novo projeto, com as devidas alterações, para apreciação da comunidade, que teve algumas críticas e sugestões, como a redução do número de novas casas - quatro a serem voltadas para o campo de futebol - em benefício da ampliação da área verde.

Pelo novo projeto, o Parque terá, depois de concluído, uma área de 77 mil metros quadrados incluindo novos benefícios, como áreas esportivas e mesas em cimento armado para prática de outros jogos, como tênis de mesa e vôlei, pista para jogos de recreação, musculação e mais brinquedos, além da pista de coper já existente e os acessos pela Rua Castro Alves e Avenida Visconde do Rio Branco. Outra exigência da comunidade é a construção de banheiros públicos e um incremento da segurança, visto que atualmente as famílias não têm coragem de frequentar o parque no pe-



A arquiteta Maria Clara Paes, autora do projeto original, fez uma exposição do novo projeto para apreciação

riodo noturno.

Cansados de ouvir promessas, conforme disse o membro do Movimento Proparque Jorge Luiz Melo, os moradores não tiveram uma resposta conclusiva sobre quando os entulhos e o lixo sairão da área e quando as obras de expansão começarão. O secretário Eliete Becco afirmou que, ainda esse ano com o fim das desapropriações a área, que deverá ser concluída em seguida, para depois fazer o ordenamento da obra e buscar financiamento junto ao Ministério do Meio Ambiente. "Somente depois da desapropriação poderá ser retirado o entulho e o lixo do local", disse. Além dos aterros e

do lixo, os moradores reclamam do mau cheiro causado pelos esgotos que entram na corrente do riacho, mas o secretário enfatizou a responsabilidade da Cagece sobre o assunto.

Estiveram presentes na audiência ainda os vereadores Nelson Martins (PT), Luiz Arruda (PL), Paulo Mindallo (PSN), e Iraguassu Taveira (PDT); o presidente do Partido Verde, João Saraiva, além de representantes dos gabinetes dos deputados estaduais Artur Bruno e João Alfredo e do deputado federal José Pimentel. Ficou acertada uma outra reunião para o próximo sábado, a partir das 17 horas, no local, para acertar alguns detalhes pendentes no projeto.

Fórum discute a seca e a paisagem humana

O V Fórum Permanente de Assuntos Municipais, debate nesta terça-feira, às 8 horas, o tema "A Seca, o Meio Ambiente e a Paisagem Humana", no auditório da Biblioteca Central da Unifor, tendo como palestrante Lauro Bernardes, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, e como debatedores o professor Caio Lóssio e o Diretor Geral do DNOCS, Hildeberto Santos.

O Fórum objetiva a discussão entre a sociedade civil e as organizações governamentais, e não governamentais, sobre os efeitos da seca no meio ambiente e na qualidade de vida da população.

Serão discutidas ações preventivas e corretivas para serem adotadas, no sentido de melhor instrumentalizar o homem no convívio com a seca, e na superação das dificuldades. O evento é uma parceria entre a Universidade de Fortaleza, o Departamento Nacional de Obras Contra Seca (DNOCS) e o Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos (IMPARIH).



Jangurussu

Quarenta e quatro cidades do Ceará terão, em breve, seus próprios aterros sanitários. Essa informação foi repassada pelo superintendente da Sedurb-CE, Cyro Régis Castelo Branco, aos 60 técnicos que participavam da visita ao Aterro Sanitário de Caucaia, como parte do encerramento do "II Seminário Nacional Sobre Resíduos Sólidos: Tratamento e Destino Final do Lixo".

Por ter apenas dois anos de uso e recebendo há quase um mês o lixo de Fortaleza, os técnicos acharam muito cedo fazer uma avaliação do aterro de Caucaia. Das 250 toneladas/dia de lixo que o aterro recebe dos domicílios de Caucaia, passou, com a inclusão dos domicílios de Fortaleza, para 1.400 toneladas/dia. Caso o projeto seja seguido à risca, com o reaproveitamento de lixo e a reciclagem, a vida útil calculada em 20 anos poderá se estender por muito mais.

O Restaurante Universitário (RU) do Campus do Pici pode ser reaberto no dia 28 de setembro. O preço da refeição, proposto pelos estudantes e acordado com a Reitoria da Universidade Federal do Ceará, será de R\$ 1,10. A reabertura do RU foi prometida pelo reitor Roberto Cláudio, desde sua posse, há três anos.

ciudades

Coopistas reclamam da insegurança nos parques

Coopistas apontam alguns problemas no Parque Parreão e no Parque Rio Branco. As secretarias regionais responsáveis prometem soluções

O passo é ligeiro mas os coopistas fazem uma parada quando o assunto é a situação do parque em que se exercitam. No Parque Parreão, no bairro de Fátima, denunciam as passarelas quebradas que põem em risco os usuários. No Parque Rio Branco, no São João do Tauape, falam da falta de manutenção e reclamam da inexistência de um calçadão. Em ambos, duas queixas se repetem: o mau cheiro e a falta de segurança, sobretudo, no período da noite.

Na luz da manhã, o Parreão enche os olhos de quem chega: jardins bem cuidados, jovens treinando artes marciais, adultos e idosos caminhando em grupos, crianças brincando. Com um pouco mais de atenção, surgem alguns problemas. Prioridade aqui devia ser o conserto destas passarelas", sugere Maria Rossiclea. As tábuas do chão estão frouxas e o corrimão foi arrancado em alguns locais.

De cima da passarela, pode-se ver outro problema: os esgotos que desembocam no canal que atravessa o parque e exala mau cheiro para todos os lados. "Tenho amigas que deixam de andar por aqui por causa do mau cheiro. Eu mesma só não vou pro Cocó porque minha casa é aqui do lado", garante Maria Aparecida Soares. Os coopistas ainda têm



Parque Rio Branco, no São João do Tauape, não tem calçadão para os coopistas se exercitarem

outras queixas: sujeira feita por cachorros e, o que é mais grave, violência. Em maio último, até um seqüestro aconteceu no local. Quatro homens armados levaram, no início da noite, uma coopista.

Trabalham no local três vigias em dois turnos. Edmilson de Souza, administrador do Parque, explica que esses funcionários são suficientes para garantir a segurança do parque em situação de normalidade. Em

certas ocasiões, no entanto, é necessária a presença policial. "A coisa piora na madrugada do sábado quando tem festa no Gresse e no Vila União aqui perto. Isso aqui fica cheio de gang", conta.

Iatagan Costa, gerente do Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Secretaria Executiva Regional IV, explica que, para controlar a violência, foi solicitada à Polícia Militar a instalação de uma cabi-

na no parque. As passarelas e outros pontos de infra estrutura serão reformados numa obra que está em processo de licitação. "Nós queremos começar já mas o projeto ficou em torno de R\$ 12 mil e por isso teve que ser licitado", diz Iatagan.

O gerente espera que com a ligação dos esgotos ao sistema implantado pelo Sanear o mau cheiro diminua. "Dentro de dois meses no máximo isso irá melhorar".

Movimento reivindica conclusão do Rio Branco

Os coopistas do Parque Rio Branco também reclamam da falta de segurança. O problema se agrava com o problema da iluminação, as lâmpadas que queimam não vão sendo repostas e o local fica cada vez mais escuro. Falta de manutenção é aliás um outro grande problema.

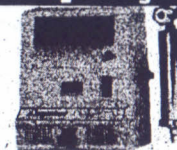
"Isso aqui não é bem zelado. É tudo sujo, cheio de folha e lixo", reclama Gildete Rangel. Gerson Moreira de Menezes reclama do mau cheiro. Um outro ponto divide os coopistas: a falta de calçamento da pista de cooper que é feita apenas por brita.

As opiniões dividem mas os coopistas estão unidos no movimento pro-parque que reivindica a finaliza-

ção do projeto. Esse trabalho consiste na ampliação do local, recuperação da fonte d'água, instação de equipamentos fixos de ginástica, além de desapropriação e remanejamento de residências ainda existentes na área para que sejam construídas quadras de esporte, espaço para eventos trilha para caminhada.

Alberto Eloy da Costa Neto, chefe da equipe de obras da Secretaria Executiva Regional II, conta que o projeto de ampliação do parque está sendo finalizado mas ainda não há previsão para o início das obras. Ele diz que, entre as modificações, está prevista a abertura de duas novas entradas para o local, uma delas na rua Visconde do Rio Branco.

A SUPERZON esteriliza os preços em 4X s/ juros.

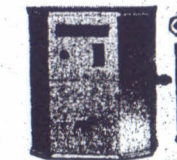


MODELO GRAN LUXO
Gabinete em ABS, filtro em inox e mangueira com revestimento também em inox.
R\$ 275,00 à vista Ou 4X de R\$ **68,75**

Instalação GRÁTIS.



MODELO SUPER LUXO
Gabinete e filtro em ABS, mangueira com revestimento em polietileno.
R\$ 248,00 à vista Ou 4X de R\$ **62,00**



Ligue já e instale hoje mesmo o seu Superzon

MODELO ELITE
Gabinete e filtro em inox.
R\$ 449,00 à vista Ou 4X de R\$ **112,25**

EXIJA O LEGÍTIMO
Superzon
100% DE SAÚDE

Ganhe um lindo brinde.
Av.: Heráclito Graça, 342 - (Em frente ao Banco Central)

254.5200

Fortaleza, Ceará - Segunda-feira, 2 de novembro de 1998

Página 9

Ecologia

Protesto denuncia ocupação do parque

Uma manifestação dos moradores do bairro Joaquim Távora denunciará, de 09 às 11 horas de hoje, no Parque Rio Branco, a situação deplorável em que se encontra a área do parque.

A segunda etapa do projeto de urbanização, elaborado pela arquiteta Maria Clara Nogueira Paes, já está na Secretaria Executiva Regional II (SER II), responsável pela execução da obra. Atualmente, encontra-se urbanizada menos de um terço da área destinada ao parque.

Os principais problemas enfrentados pelos moradores do bairro Joaquim Távora, dizem respeito à abertura de fossas de condomínio na área do parque; construção de pocilga; aterro da fonte (riacho); crescimento de uma favela dentro do terreno; muita lama e prestadores de serviço trabalhando sem nenhuma proteção. Isso sem contar a prática de sexo por desocupados, assalto a pessoas e esconderijo de marginais.

A arquiteta Maria Clara Nogueira Paes não soube precisar se a verba destinada à obra já foi liberada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. No entanto, ela adiantou algumas mudanças que estão previstas no projeto. O piso, hoje de pedrisco, deverá ser trocado; novos caminhos serão abertos dentro do parque e criados outros equipamentos para piqueniques; construção de um anfiteatro e de mais uma quadra de futebol, além de outras quadras para prática de tênis; mesas fixas para ping-pong e xadrez.

Parque Rio Branco marcado pelo abandono

Stênio Saraiva

A falta de policiamento efetivo deu margem, no último final de semana, para uma gangue invadir o Parque Rio Branco e destruir pelo menos seis pilastras - três na entrada pela Rua Capitão Gustavo e as outras três pela Avenida 13 de Maio. Antes disso, os vândalos já vinham pichando o Parque e quebrando os bancos do local. Praticamente esquecidos pelas autoridades, os parques em geral tem servido como refúgio para marginais e para a prática de assaltos.

A moradora do bairro, Luiza Vaz, revela que tomou um susto quando se deparou com o Parque

depredado na manhã de segunda-feira. Segundo ela, desde 1995 que os moradores do bairro estão reivindicando junto a Secretaria Executiva Regional - SER II, uma solução

para os problemas do Parque. Entretanto, a única resposta que recebem é sobre a existência de um projeto para o local. Enquanto isso, os vândalos vão tomando conta do patrimônio público. "Acho um descaso muito grande das autoridades, pois as denúncias que fizemos é para proteger o Parque. Pelo visto nada disso tem valor", comentou.

O gari Francisco Rodrigues de Souza, 50 anos de idade e há cinco trabalhando dentro do Parque Rio Branco, disse que a Prefeitura Municipal de Fortaleza já foi comunicada do fato no início da semana. Por conhecer as prioridades do órgão, ele só lamenta que nenhuma providência deverá ser tomada antes de terminar o ano.

Com a transferência de pessoal para outros departamentos, o quadro de 20 garis que prestavam serviço no lo-

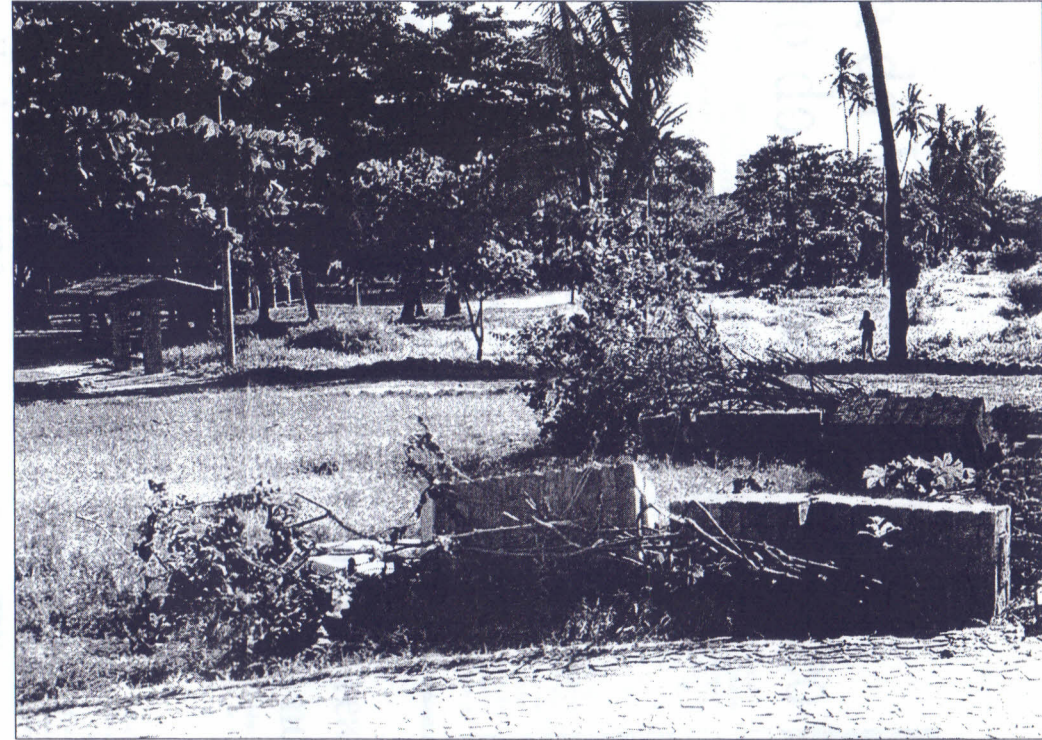
cal caiu para cinco. Isso sem contar um vigia durante o dia e dois à noite. Francisco Rodrigues ressaltou, ainda, que com o corte do vale-transporte e das horas extras, há dois anos, o expediente também diminuiu. Hoje, os garis trabalham no parque de sete da manhã ao meio-dia.

Com essas medidas e outros problemas que surgiram no decorrer do tempo, como é o caso de um dos dois equipamentos para aguar a grama que está quebrado e até agora não foi consertado, não dá para fazer a manutenção como deveria. O resultado é parte da área verde morrendo aos poucos, totalmente seca. E se não bastasse tudo isso, apenas uma parte do rio que corta o parque foi aterrado. A outra, continua exalando mau cheiro.

Há 24 anos residindo na Rua Capitão Gustavo, bem em frente ao Parque Rio Branco, o aposentado Pitágoras Soares Lopes, 61 anos de idade, disse que em anos anteriores a atuação dos marginais era bem maior do que hoje, mas que isso não justifica deixar o parque sem policiamento freqüente. Acostumado a fazer caminhadas, ele teve que interromper por conta da falta de segurança. Certa vez, lembra ele, tinha um rapaz dentro do quintal de sua casa roubando roupas do varal.

Os atuantes, segundo pôde constatar, são adolescentes de bairros vizinhos, principalmente do lagamar. Pitágoras lamenta a cena que hoje são obrigados a ver, caso queiram papear com vizinhos na calçada. A grama do parque, segundo ele, virou mato e está sendo usada como "motel".

Os moradores das redondezas do parque reclamam da falta de policiamento no local e da negligência da Prefeitura



Além da falta total de policiamento, o quadro de vinte garis, que prestavam serviço no local, caiu para apenas cinco

Festa da Vida em prol da conclusão do Parque Rio Branco

Movimento em Prol do Parque Rio Branco (Proparque) realizou, na manhã de ontem, a Festa da Vida em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, ocorrido no início do mês com uma série de atividades artístico-cultu-

grande objetivo do movimento foi, no entanto, existir sendo reivindicada algum tempo.

de acordo com o titular da Secretaria Executiva Regional (SER) II, Renato de Almeida, as obras deveriam ter sido iniciadas no começo de maio, mas a empresa vencedora da concorrência não vem cumprindo os prazos estipulados.

exigências do movimen-

to, como o jornalista Ademar Costa, se mostraram inconformados com a ausência de compromisso das autoridades em relação ao assunto. Um dos motivos de reclamação é o desconhecimento sobre o projeto que vai ser implantado no local.

Pelo que a arquiteta responsável pelo projeto, Maria Clara Nogueira Paes,

disse, serão abertos acessos pela Rua Visconde do Rio Branco e Rua Castro Alves; e serão implantados diversos equipamentos para a prática de esportes, lazer e contemplação da natureza.

Enquanto as obras não começam, os moradores do bairro Joaquim Távora e adjacências, estão atentos, segundo Ademar, para o

que está acontecendo. Ocorre que, desde o início da construção do parque, foram feitas inúmeras invasões dentro da área. "Cada uma delas foi denunciada e temos tudo documentado", disse o jornalista.

Durante a manhã, os moradores do bairro e outros frequentadores do Parque Rio Branco participaram de diversas atividades artístico-culturais, como apresentação de peças teatrais, exposições e palestras sobre combate à Aids e ao tabagismo.

A festa foi realizada pelo Movimento em Prol do Parque Rio Branco (Proparque) numa comemoração alusiva ao Dia Mundial do Meio Ambiente



A festa no Parque contou com atividades artístico-culturais

DEFESA

Ecologistas realizam movimento em prol da vida no Parque Rio Branco

O Movimento em Prol do Parque Rio Branco (Proparque) promoveu ontem, das nove ao meio-dia, neste área de lazer, na Avenida Pontes Vieira, Tauape, a Festa da Vida - Uma Convocação para a Paz. Este evento, integrante da Semana do Meio Ambiente do Ceará, tem como finalidade de reivindicar a conclusão das obras desse parque.

A Festa da Vida contou, tam-

bém, com apresentação de teatro de bonecos, abordando o perigo da Aids, palestras sobre o combate ao fumo e, ainda, temas relativos à cultura da Paz. Estiveram presentes a diretoria dessa associação, ecologistas e moradores dessa área de Fortaleza.

As famílias do bairro Tauape dizem que há vários anos aguardam o restante dos serviços de infraestrutura desse parque. Elas

afirmam, também, que os avisos aos órgãos responsáveis pelas obras já foram dados. A diretoria do Movimento em Prol do Parque lembra que a não conclusão da reforma do parque está prejudicando toda comunidade. A regional responsável pela reforma do Parque Rio Branco informa que estão sendo agilizados os estudos para execução desse projeto ainda neste semestre.

Venha para o Movimento Proparque. Vamos promover ações para nosso parque ser melhor. Reunião sábado próximo às 16 horas, no Parque Rio Branco.

Conheça seus Direitos. Lute por eles. Nosso Poder Está na união. "Vamos Precisar de Todo Mundo. Um Mais um é Sempre Mais que Dois."



NATUREZA

Jovens e idosos participaram do movimento em defesa do Parque Rio Branco

Tribuna do Ceará - 12.Jun.2000